

Perspectivas Econômicas

Volume 8

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Número 2

CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO UM NOVO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL



— MARÇO de 2003 —

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: UM NOVO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA

VOLUME 8, NÚMERO 2



Os perigos de nossa era não deveriam nos cegar diante de suas grandes promessas. Os Estados Unidos procuram atuar em parceria com outras nações para construir um mundo de esperança e oportunidades — mundo em que o terrorismo não consiga progredir. É por isso que o governo Bush tem sido importantíssimo na articulação de um novo consenso global sobre como ajudar os países pobres a sair da pobreza rumo ao desenvolvimento.

Em março de 2002, o presidente Bush anunciou uma iniciativa pioneira para o desenvolvimento — a criação da Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account - MCA). A MCA deverá aumentar a ajuda básica norte-americana ao desenvolvimento em mais de 50% nos próximos três anos, e o governo Bush trabalhará ativamente com o Congresso dos EUA para conseguir o financiamento integral dessa iniciativa. Com relação aos níveis atuais, o financiamento integral da MCA resultaria em um aumento anual de US\$ 5 bilhões em auxílio até o exercício fiscal de 2006.

As subvenções da MCA serão usadas para ajudar os países pobres a impulsionar o crescimento econômico e atrair os investimentos necessários para financiar seu futuro. Somente os países que governam com justiça, investem em seu povo e abrem suas economias à iniciativa privada e ao empreendedorismo estarão qualificados para receber fundos da MCA.

De acordo com a MCA, os países candidatos à qualificação apresentarão programas específicos para lidar com os maiores obstáculos a seu desenvolvimento. As subvenções da MCA serão concedidas a governos, organizações não-governamentais e organizações privadas, que deverão utilizá-las para promover boa governança, reformas econômicas, esforços contra a corrupção, desenvolvimento de empreendimentos e do setor privado, capacitação para o comércio e investimentos, aumento da produtividade agrícola e melhorias em saúde e educação. Uma nova agência governamental, cujo Conselho de Administração presidirei, administrará a MCA para garantir que as subvenções sejam usadas com eficácia.

Nesta revista, você terá acesso aos pontos de vista de importantes autoridades governamentais e destacados acadêmicos do campo do desenvolvimento que consideram a MCA um poderoso instrumento, usando as palavras do presidente Bush, "para conduzir nações inteiras a um ciclo de oportunidades e empreendimentos em franca expansão".

Secretário de Estado dos EUA, Colin L. Powell

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

ÍNDICE

CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: UM NOVO PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

□ ENFOQUE

PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA

6

Paula Dobriansky, subsecretária de Estado dos EUA para Assuntos Globais

A administração Bush empregará cinco princípios fundamentais da boa governança — eleições livres e justas, Judiciário independente e Estado de Direito, liberdade de expressão e de imprensa, ausência de corrupção e investimento governamental em serviços sociais básicos — para determinar a elegibilidade dos países para a ajuda da Conta do Desafio do Milênio. Esses princípios constituem as bases da democracia moderna e criam o alicerce para estabelecer os mercados de capitais e estimular investimentos internos e externos.

A MCA PROMOVE POLÍTICAS ECONÔMICAS SÓLIDAS

9

E. Anthony Wayne, secretário de Estado adjunto para Assuntos Econômicos e Negócios

Não há desenvolvimento sem crescimento econômico. A MCA procura estimular o crescimento, recompensando as nações que implementam políticas que mobilizam os ativos internos, estimulam o empreendedorismo, incentivam o comércio e atraem os investimentos externos

SAÚDE E EDUCAÇÃO: ESSENCIAIS AO NOVO PLANO DE AJUDA EXTERNA

13

Andrew Natsios, administrador da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

A Conta do Desafio do Milênio pode ajudar os países comprometidos com educação fundamental e saúde pública de qualidade a irem além das metas básicas e se aproveitarem do sucesso nessas áreas para acelerar a produtividade e o crescimento econômico.

□ COMENTÁRIOS

ANTICORRUPÇÃO: LIBERANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO

16

Nancy Zucker Boswell, diretora-gerente da Transparência Internacional (TI) EUA, e Peter Richardson, assessor da Secretaria Internacional da TI

O critério de elegibilidade da MCA, no qual o país em busca de recursos deve manifestar seu compromisso de coibir a corrupção e promover a boa governança, pode representar um grande avanço rumo a mudanças no sistema de incentivos previstos para a assistência ao desenvolvimento.

LIBERDADE ECONÔMICA PROMOVE CRESCIMENTO E PROSPERIDADE NO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

20

Jay Kingham Fellow em Assuntos de Regulamentação Internacional, Fundação Heritage

A Conta do Desafio do Milênio visa provocar uma “revolução fundamental” na assistência ao desenvolvimento não somente por vincular a ajuda às políticas que comprovadamente complementem e conduzam ao crescimento econômico, como também por reconhecer que as reformas devem ser elaboradas e executadas pelos países beneficiários, e não pelos doadores da ajuda.

ASPECTOS SOCIAIS DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: RISCOS E PERSPECTIVAS **24**

Stephen Heyneman, professor de Política de Educação Internacional, Universidade de Vanderbilt

A Conta do Desafio do Milênio oferece a perspectiva de estabilidade e redução da pobreza a muitas das nações mais pobres do mundo. Mas, para seu sucesso, será necessária uma reforma fundamental no que se refere às condições exigidas dos países que buscam ajuda externa.

□ FATOS E NÚMEROS

IMPLEMENTAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: documento de referência do governo dos EUA **29**

CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: informativo da Casa Branca **32**

ATUALIZAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: informativo da Usaid **34**

□ RECURSOS PARA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES **36**

MATERIAL DE REFERÊNCIA **37**

Nota do editor: A proposta da Lei Desafio do Milênio de 2003, que o presidente Bush apresentou ao Congresso em 11 de fevereiro, enfrenta agora um longo processo de audiências e elaboração de sua minuta antes que se torne lei. A proposta do presidente tramitará por comissões separadas da Câmara e do Senado com competência para apreciar seus diferentes aspectos. As comissões redigirão a minuta da lei, as diferenças dos projetos separados da Câmara e do Senado serão resolvidas entre as duas instituições, e um projeto de lei unificado será elaborado pelo plenário do Congresso e encaminhado à sanção do presidente, se este considerá-lo aceitável. A primeira etapa da apreciação pelo Congresso começou com as audiências na Câmara e no Senado no início de março.

Perspectivas Econômicas

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

Volume 8, Número 2, Março de 2003

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que explicam as políticas, a sociedade e os valores norte-americanos ao público estrangeiro. O Escritório publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional e fornecem informações sobre a sociedade e os valores norte-americanos. As revistas -- *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Agenda da Política Externa dos EUA* e *Sociedade e Valores dos EUA* -- apresentam declarações sobre políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas.

Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês, português e espanhol, e algumas edições selecionadas também são publicadas em árabe e russo. Uma nova edição em inglês é publicada aproximadamente a cada mês. As versões traduzidas geralmente são colocadas on-line duas a quatro semanas após seu original em inglês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições de direitos autorais explícitas para tal uso.

Números atuais ou atrasados das revistas, assim como a relação das próximas edições, podem ser encontrados na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação, no seguinte endereço da World Wide Web:

<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>. As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, transferência, download e impressão.

Comentários são bem-vindos na Embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *Perspectivas Econômicas*
IIP/T/ES
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th St. S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ejecon@pd.state.gov

| | | | |
|-----------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------|
| Editora-chefe..... | Judith Siegel | Diretora de arte..... | Sylvia Scott |
| Editor..... | Jonathan Schaffer | Ilustração da capa..... | Thaddeus Miksinski |
| Editor-gerente..... | Andrzej Zwanecki | Revisão de português..... | Marília Araújo |
| Editores associados..... | Wayne Hall | Conselho editorial..... | James Bullock |
| | Christian Larson | | George Clack |
| Editores colaboradores..... | Berta Gomez | | Judith Siegel |
| | Linda Johnson | | |
| | Alyson McFarland | | |
| | Kathryn McConnell | | |
| | Bruce Odessey | | |
| | Harriet Rusin | | |

Departamento de Estado dos EUA
Escritório de Programas Internacionais de Informação
Março de 2003

ENFOQUE

□ PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA

Paula Dobriansky, subsecretária de Estado dos EUA para Assuntos Globais

“O desenvolvimento não pode florescer onde o povo não é capaz de se fazer ouvir, os direitos humanos não são respeitados, a informação não flui e a sociedade civil e o Judiciário são fracos”, diz Paula Dobriansky, subsecretária de Estado dos EUA para Assuntos Globais. Dobriansky discorre sobre cinco princípios fundamentais da boa governança que o governo Bush levará em conta para determinar quais países serão qualificados para a assistência ao desenvolvimento da Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account – MCA): eleições livres e justas; Judiciário independente e Estado de Direito; liberdade de expressão e de imprensa; ausência de corrupção; e investimento governamental em serviços sociais básicos. Esses princípios, diz ela, constituem as bases da democracia moderna e criam o alicerce para estabelecer os mercados de capitais e estimular o investimento interno e externo.

Em março de 2002, em Monterrey, México, o presidente George W. Bush anunciou sua meta de aumentar a ajuda dos EUA para o desenvolvimento de nações estrangeiras em 50% nos próximos três anos – um reforço anual de US\$ 5 bilhões sobre os atuais níveis de verbas – e aperfeiçoar a eficácia dessa assistência. Considerando que políticas consistentes são condição fundamental ao desenvolvimento, as novas verbas serão mantidas em uma Conta do Desafio do Milênio (MCA) e distribuídas às nações que, nas palavras do presidente, “governam com justiça, investem em seu povo e estimulam a liberdade econômica”. Para decidir quais nações atendem a esses padrões, a nova Corporação Desafio do Milênio usará indicadores de desempenho específicos. Um indicador crucial será a prova de que um país pratica uma governança boa e justa.

A política externa dos Estados Unidos sempre promoveu princípios de boa governança, e a nova iniciativa do presidente Bush reitera essa abordagem. Por meio de ajuda monetária, empreendimentos de cooperação e diálogo internacional os EUA têm apoiado e incentivado nações a adotarem políticas e a organizarem seus governos de tal forma que a

dignidade humana e a liberdade possam florescer. Alguns dos princípios de boa governança defendidos pelos EUA remontam ao tempo da Grécia antiga. Outros são princípios desenvolvidos em tempos mais recentes ou lições tiradas da sua própria história e da história de outros países.

De modo geral, a boa governança promove direitos humanos universais e fundamentais. Porque os Estados Unidos acreditam que o poder político reside no povo, a MCA está direcionada para apoiar esses princípios de governança que permitem às pessoas seguir sua vida em uma sociedade democrática, equânime e justa. Queremos fornecer às nações em desenvolvimento os instrumentos de que necessitam para educar seus cidadãos e participar das oportunidades oferecidas pela economia mundial. Estamos trabalhando para erradicar a corrupção e criar um respeito renovado pelos direitos humanos bem como pelos direitos de propriedade.

Talvez o princípio básico e mais importante da boa governança seja as instituições políticas de uma nação serem democráticas. Nas palavras de um dos maiores presidentes dos EUA, Abraham Lincoln, a democracia é uma forma de governo “do povo, pelo povo e para o povo”. Isso significa que os direitos e princípios do governo democrático podem e devem ser aplicados de maneira universal. Eles não são uma invenção exclusiva dos Estados Unidos. O direito de todo cidadão de falar livremente sobre seu governo é um direito humano básico, um direito que se origina do valor de cada indivíduo como ser humano, como tem sido reconhecido pelas nações mundo afora.

ELEIÇÕES LIVRES E JUSTAS

A boa governança determina que em uma democracia funcional deve haver direitos e proteções legais. Um dos indicadores para a elegibilidade à MCA é o compromisso do país com os direitos políticos dos cidadãos. Por exemplo, é fundamental que as eleições de um país sejam livres e justas. Isso significa que os eleitores têm uma opção entre candidatos e têm direito às informações relativas às plataformas dos candidatos.

Eleições livres e justas são abertas e transparentes a todas as pessoas, sem discriminação de sexo, raça ou

etnia, e sem a interferência e a coação governamental. Além disso, criam alicerces para maior investimento interno e menos fuga de capital. O direito a eleições livres e justas deve ser garantido por salvaguardas legais ou constitucionais adequadas, uma vez que somente com eleições honestas os governos podem ser responsabilizados pela prestação de contas a seus cidadãos. Os eleitores devem poder participar livremente do processo político, quer por meio de partidos políticos ou por intermédio de organizações civis. As eleições, no entanto, não são o único sustentáculo da democracia. Liderança responsável e satisfação das aspirações do povo são essenciais para assegurar que as eleições são um meio para uma sociedade democrática e não um fim em si mesmas.

JUDICIÁRIO INDEPENDENTE E ESTADO DE DIREITO

Outro princípio de governança democrática justa é a existência de limites constitucionais referentes à extensão do poder do governo. Tais limites prevêm eleições periódicas, garantias de direitos civis e um Judiciário independente que permita aos cidadãos buscar proteção de seus direitos e reparação contra ações do governo. Esses limites ajudam os poderes do governo a prestar contas uns aos outros e ao povo. Responsabilidade é outro elemento que será considerado na elegibilidade à MCA ao se definir se um país pratica a boa governança.

Um Judiciário independente é importante à manutenção do Estado de Direito, outro princípio de boa governança e um dos critérios da MCA. Isso exige mais do que tribunais fortes para garantir que as leis da nação sejam aplicadas de forma constante e justa. Todos os poderes governamentais devem estar sujeitos à lei de bom grado. O Estado de Direito é também a base para a formação de empresas e para o estabelecimento de mercados de capitais que impulsionam o desenvolvimento econômico. Os cidadãos ou seus representantes eleitos devem estar envolvidos em todos os níveis da elaboração da lei. A participação nesse processo faz com que o povo se interesse pela lei e confie que ela resguardará seus direitos pessoais e de propriedade.

A lei deve não apenas ser aplicada, mas também ser aplicada com justiça e sem discriminação. Boa governança significa proteção igual para mulheres e minorias e acesso livre e justo aos sistemas judiciário e administrativo. Os direitos políticos e civis não devem ser negados aos cidadãos com base no sexo, raça ou etnia. Os tribunais da nação não devem estar abertos apenas a uns poucos seletos. Os órgãos governamentais devem permitir a apelação dos regulamentos, bem como a participação dos cidadãos

no processo de tomada de decisão; e deve ser assegurado aos cidadãos acesso fácil e oportuno a esses órgãos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA

Para funcionar de maneira apropriada, uma sociedade justa e democrática deve dispor de livre troca de informações e idéias. Essa troca é mais bem realizada na criação de uma imprensa livre e aberta e nas liberdades de comunicação e expressão, as quais fazem parte dos critérios de elegibilidade à MCA no tocante a direitos políticos e liberdades civis. Uma imprensa livre provê os eleitores com as informações de que necessitam para tomar decisões conscientes. Ela facilita a interação do discurso político, criando um “mercado de idéias” onde nenhuma idéia é abafada e as melhores são escolhidas. A imprensa livre também pode servir como um controlador do poder governamental, assegurando que os funcionários públicos e as instituições continuem a prestar contas aos eleitores. A capacidade da mídia de informar sobre negócios e economia também é importante à manutenção da confiança pública nos mercados e para atrair investimento interno e externo. O direito da imprensa para publicar, editar, criticar e informar com liberdade é um princípio fundamental da democracia.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Boa governança também significa ausência de corrupção, e os países não serão elegíveis à ajuda da MCA se forem corruptos. Para preservar a integridade da democracia os governos precisam se esforçar para se verem livres do suborno e da trapaça. A corrupção prejudica a reforma e o desenvolvimento econômicos, impede a capacidade de os países desenvolvidos atraírem investimento externo, dificulta o crescimento de instituições democráticas e concentra o poder nas mãos de uns poucos. A melhor maneira de combater a corrupção é os governos serem abertos e transparentes. Embora, em determinados casos, os governos sejam responsáveis por manter segredo e confidencialidade, os governos democráticos devem ser sensíveis ao direito de saber dos cidadãos. Leis duras contra a corrupção e a presença de órgãos de aplicação da lei que trabalham contra a corrupção demonstram o compromisso do governo com esse princípio.

INVESTIMENTO NO POVO

Por fim, boa governança exige que os governos invistam em seu povo e trabalhem para manter o bem-estar de seus cidadãos sem distinção de sexo, raça ou etnia. Os governos devem empregar recursos na assistência médica, na educação e no combate à

pobreza. Devem se esforçar para criar um ambiente econômico onde as pessoas possam encontrar trabalhos e se estabelecerem. Junto com outras medidas, a capacidade de um governo de trabalhar por seu povo é considerada pela MCA na determinação da eficácia governamental. Os governos também têm a obrigação de proteger seus cidadãos da violência criminal, em especial, da prática de tráfico de pessoas. Mulheres adultas e adolescentes são muito vulneráveis a esse tipo de comércio que só pode ser eliminado com a aplicação diligente da lei.

CONCLUSÃO

A prática desses princípios de governança boa e justa resulta em uma sociedade livre e aberta onde as pessoas podem perseguir seus sonhos e esperanças. Isso facilitará a criação de economias robustas e abertas nas quais investidores e instituições financeiras confiam. O desenvolvimento não pode florescer onde o povo não pode se fazer ouvir, os direitos humanos não são respeitados, a informação não flui e a sociedade civil e o Judiciário são fracos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, entre outros, concluíram que a assistência ao

desenvolvimento que se concentra apenas na governança econômica em detrimento da governança democrática fracassa. A prova está nos números: 42 dos 49 países de alto desenvolvimento humano, segundo o Índice de Desenvolvimento das Nações Unidas, são democracias. Com exceção de apenas dois, todos os países mais ricos do mundo têm os regimes mais democráticos do universo.

Os EUA esperam que com a promoção da boa governança em nossa política externa, especialmente por meio MCA, as condições de vida dos cidadãos do mundo sejam aprimoradas mediante a criação de nações democráticas fortes com economias prósperas e padrões de vida melhorados.

Os norte-americanos têm um profundo apreço pelas liberdades e oportunidades de que desfrutam e acreditam que os princípios que servem de base às nossas instituições democráticas e à vibrante sociedade civil são o melhor modo de atingir o crescimento econômico sustentável. A iniciativa da MCA do presidente une o compromisso das nações em desenvolvimento que governam com justiça ao compromisso dos EUA de apoiar seus esforços de reforma e ajudar a realizar os sonhos de amor à liberdade de todos os povos do mundo..

❑ A MCA PROMOVE POLÍTICAS ECONÔMICAS SÓLIDAS

E. Anthony Wayne, secretário de Estado adjunto para Assuntos Econômicos e Negócios

O desenvolvimento não cai do céu. Exige crescimento econômico, que ocorre quando as pessoas e os governos reagem aos incentivos econômicos, diz E. Anthony Wayne, secretário de Estado adjunto para Assuntos Econômicos e Negócios. "Mas injetar dinheiro em problemas sem o suporte de políticas sólidas dos governos não causará um impacto duradouro na vida das pessoas", afirma. Por essa razão, a Conta do Desafio do Milênio (MCA) pretende promover e recompensar as políticas econômicas que funcionam – governança macroeconômica sólida, um sistema de regulamentação eficiente, abertura comercial e um ambiente saudável para os investimentos.

Wayne diz que a liberdade econômica que essas políticas proporcionam é essencial para mobilizar os ativos internos e estimular o empreendedorismo, além de incentivar o comércio e atrair os investimentos externos. Cita a agricultura como uma das áreas em que a MCA teria mais retorno em países comprometidos com a liberdade econômica. Mas a iniciativa MCA só terá êxito se os Estados Unidos selecionarem os países determinados a adotar políticas de crescimento e superar os principais gargalos que impedem o desenvolvimento, conclui.

Ao anunciar a iniciativa Conta do Desafio do Milênio (MCA) em março último, o presidente Bush reafirmou o compromisso dos Estados Unidos de levar esperança e oportunidades aos povos mais pobres do mundo, e manifestou a necessidade de um novo pacto para o desenvolvimento caracterizado por mais responsabilidade dos países ricos e pobres. Para cumprir sua parte do pacto, os Estados Unidos, com a aprovação do Congresso e por meio da MCA, injetarão mais US\$ 5 bilhões em seu pacote principal de assistência ao desenvolvimento – um aumento de 50% - nos próximos três anos. O presidente encaminhou esse novo programa ao Congresso para autorização e apropriação de fundos. Esses fundos, disse o presidente, serão "destinados a projetos em países que governem com justiça, invistam em seu povo e estimulem a liberdade econômica". Como seu próprio nome sugere, essa iniciativa desafia os países desenvolvidos e em desenvolvimento a trabalhar juntos como verdadeiros parceiros, com o fim de criar um novo

paradigma para o desenvolvimento econômico com base em resultados. Ela visa atacar um dos problemas mais prementes de nossa época – como financiar melhoria duradoura do padrão de vida e reduzir a pobreza das nações mais pobres do mundo em desenvolvimento.

DAR INCENTIVOS E BUSCAR RESULTADOS

O desenvolvimento não cai do céu, não importa a quantidade de dinheiro que você injete. Com mais de 30 anos de experiência tentando estimular o desenvolvimento em outros países, aprendemos várias lições bem simples. O desenvolvimento exige crescimento econômico. O crescimento econômico ocorre quando as pessoas e seus governos reagem aos incentivos econômicos. O dinheiro certamente é um incentivo. Mas injetar dinheiro em problemas sem o suporte de políticas sólidas dos governos não causará um impacto duradouro na vida das pessoas. A má gestão ou a corrupção desenfreada é um desestímulo ainda maior ao desenvolvimento, frustrando o espírito empreendedor fundamental de cidadãos e empresas. A Conta do Desafio do Milênio do presidente Bush dá os incentivos para estimular políticas que funcionem: primeiro, estabelecendo requisitos de elegibilidade ao programa MCA com base em políticas e compromissos; segundo, fornecendo financiamentos adicionais e, terceiro, insistindo para que os programas MCA apresentem resultados, por meio da manutenção de indicadores de desempenho acordados mutuamente e de objetivos voltados para o desenvolvimento.

Sabemos que apenas a ajuda não leva ao crescimento econômico sustentável. Grande parte do mundo em desenvolvimento já possui ativos substanciais que poderiam ser mobilizados para promover o desenvolvimento econômico. Entretanto, para que um país possa tirar proveito de sua riqueza é preciso que ela lá permaneça. Para que isso aconteça, os países precisam atrair capitais e dar incentivos econômicos que desestimulem sua fuga. Por exemplo, as estimativas dos ativos externos dos países da África subsaariana excedem o estoque de sua dívida externa – uma indicação certa de fuga de capitais. A MCA promoverá um clima saudável para investimentos que ajudará a atrair parte desse capital de volta para a África.

Os fluxos de comércio e investimento tornam ínfimos os US\$ 5 bilhões da MCA e os US\$ 50 bilhões dados como assistência oficial ao desenvolvimento por todos os doadores a cada ano. Os países em desenvolvimento exportaram bens e serviços no valor de cerca de US\$ 2 trilhões em 2001. Os fluxos de investimento externo para e entre os países em desenvolvimento chegam a US\$ 180-200 bilhões anualmente. E, naturalmente, a maior fonte de capital são as próprias pessoas nos países em desenvolvimento, que trabalham arduamente para produzir bens e serviços avaliados em mais de US\$ 6 trilhões ao ano e poupanças que atingem mais de US\$ 1 trilhão. A MCA dará incentivos e suporte prático para estimular políticas econômicas sólidas e a capacitação de que os países em desenvolvimento necessitam para explorar, de maneira produtiva, essas fontes muito maiores de finanças para o desenvolvimento.

ESTÍMULO À LIBERDADE ECONÔMICA

O elo entre o avanço do desenvolvimento e os governos que apóiam mercados mais livres, liberdades individuais e instituições eficazes é muito forte. O desenvolvimento sustentável também se solidifica quando se alia boa governança com um setor privado dinâmico. Um setor privado vibrante dá asas à criatividade humana, fomentando a inovação e melhorando o padrão de vida das pessoas comuns. Os recursos mais vitais que um país possui são as habilidades e o espírito empreendedor de seus cidadãos. Infelizmente, os recursos econômicos internos e o capital freqüentemente têm sido desperdiçados, às vezes devido a conflitos, mas também em função de políticas econômicas que não dão às famílias e empresas os incentivos adequados para poupar e investir em seu futuro, bem como para inovar e assumir empreendimentos produtivos.

Para se qualificar para a MCA, os países candidatos precisarão estimular a liberdade econômica por meio de boa governança macroeconômica, um sistema de regulamentação eficiente, abertura comercial e um ambiente saudável para os investimentos. A MCA ajudará os países qualificados a alavancar seu crescimento econômico por meio de auxílio financeiro para áreas que melhorem a produtividade, como o desenvolvimento agrícola e a iniciativa privada. A iniciativa inclui ainda ajuda para capacitação comercial e em investimentos e para desenvolvimento das áreas da saúde e educação.

Boa governança macroeconômica: Os governos ajudam a montar o cenário do desenvolvimento econômico duradouro por meio de suas políticas macroeconômicas. A MCA reconhece isso e avalia os países segundo dois indicadores de saúde macroeconômica. O programa concederá crédito a países cuja taxa de inflação, com base em dados do FMI, seja inferior a 20 % e seu déficit orçamentário tri-anual seja inferior ao da maior parte de seus pares.

Os países beneficiários da MCA proporcionam um ambiente econômico de apoio a seu setor privado, com políticas monetárias e fiscais prudentes. A prudência nessas áreas reduz o risco atual, ajuda a atrair os investimentos externos e permite que as empresas nacionais façam investimentos de longo prazo. Há poucos exemplos de desenvolvimento econômico duradouro em países com inflação alta persistente, mas são muitos os exemplos de economias que caem na hiperinflação. A inflação prejudica demais os pobres, que têm menos capacidade de proteger seu patrimônio. Além disso, a incerteza causada pela inflação desestimula os contratos financeiros de longo prazo. Esses perigos exigem grande cautela das autoridades monetárias quando da criação de crédito interno e emissão de moeda para evitar a elevação das taxas de juros e a fuga dos capitais tão necessários para o desenvolvimento.

O firme controle da política fiscal é também parte essencial de um ambiente favorável à promoção de atividades econômicas variadas que geram renda e criam empregos. Os elementos fundamentais da boa governança fiscal refletem transparência e responsabilidade. Começam com a administração honesta do dinheiro público, por meio de um processo orçamentário transparente em que os gastos são submetidos a auditoria pública e prestação de contas. Os déficits do governo podem levar a taxas de juros mais altas que “afugentam” os projetos de investimento do setor privado. Além disso, déficits altos geralmente levam os governos dos países em desenvolvimento a pressionar as instituições financeiras a comprar seus papéis da dívida, o que pode abalar a estabilidade do sistema financeiro. As políticas dos governos são pró-crescimento quando eles têm controle limitado da economia e deixam o livre mercado florescer no seu papel essencial de sinalizar a alocação dos recursos.

Um sistema de regulamentação justo e transparente: A MCA fará comparações do ambiente regulamentador dos negócios nos países

candidatos, com base no indicador de Qualidade da Regulamentação do Instituto do Banco Mundial. Um sistema de regulamentação excessivamente oneroso, em especial um sistema que seja exercido arbitrariamente, pode estimular a corrupção. Além disso, tal sistema pode estimular as empresas a permanecerem pequenas para evitar a regulamentação, o que reduz sua capacidade de tirar proveito das economias de escala e corrói a base fiscal do país. Embora um regime regulamentador eficaz e justo seja essencial, a MCA estimula os países a limitar a regulamentação e a intervenção governamental que possam prejudicar as perspectivas de crescimento econômico. Novos negócios florescem quando conseguem obter as aprovações necessárias dos órgãos reguladores do governo em dias, não em meses. Por essa razão, a MCA consultará o indicador simples do Banco Mundial “Dias necessários para se iniciar um negócio”, que é também um indicador de eficiência da regulamentação e do compromisso com a liberdade econômica.

Abertura comercial: A experiência demonstra que a abertura dos mercados e a expansão do comércio e dos investimentos podem acelerar o crescimento. Mercados abertos e acesso ao comércio liberam a criatividade e o *know-how*, multiplicam as oportunidades econômicas e geram crescimento auto-sustentado e ciclos de investimento. O comércio tem ajudado nações tão diversas como Cingapura e Chile a criar oportunidades econômicas para milhões de seus cidadãos. A MCA consulta o Indicador de Política Comercial da Fundação Heritage para medir o grau de abertura comercial de um país.

O espírito empreendedor, quando exposto ao livre mercado mundial, não é limitado pela geografia, mas se inova, definindo o caminho para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Temos visto que países muito pobres podem usar o comércio como uma plataforma para o progresso. Entretanto, muitos países ainda precisam colher os plenos benefícios do livre comércio. Embora países de renda baixa e média tenham feito exportações em um valor próximo a US\$ 2 trilhões no ano passado, maior liberalização do comércio poderia aumentar drasticamente essas exportações e, conseqüentemente, suas perspectivas de crescimento.

A Rodada de Desenvolvimento de Doha, que ocorre sob os auspícios da Organização Mundial do Comércio, visa eliminar barreiras ao comércio em

todo o mundo e criará amplas oportunidades para o comércio entre os países em desenvolvimento e entre estes e as economias desenvolvidas. Um dos enfoques centrais da Rodada de Doha é trabalhar com os países do mundo em desenvolvimento para garantir que sejam capazes de participar plenamente do sistema de comércio global, com o fim de expandir seu comércio de produtos agrícolas e complementar sua dieta para reduzir a fome. Os Estados Unidos são um líder comercial forte, exportando e importando mais de US\$ 450 bilhões anuais em produtos do mundo em desenvolvimento. Isso significa mais de oito vezes o valor da ajuda que esses países recebem de todas as fontes. Trabalharemos com os governos beneficiários da MCA para aumentar sua abertura ao comércio, obter mais oportunidades comerciais e auferir os benefícios do crescimento.

Um clima saudável para os investimentos: O investimento na produção é essencial para o desenvolvimento. Os fundos de desenvolvimento da MCA fluirão para os países que criarem um ambiente propício para os investimentos internos e externos. Como os investimentos externos diretos não apenas trazem capital, mas também gestão qualificada, novas tecnologias, boas práticas ambientais e o conhecimento dos mercados externos, são um veículo de desenvolvimento de grande valor. Pesquisas demonstram que onde há boa governança e políticas econômicas sólidas, cada dólar de ajuda externa investido atrai dois dólares de investimento privado. Para que os negócios – sejam estrangeiros, domésticos ou *joint ventures* – sejam viáveis, o ambiente de regulamentação criado pelo governo anfitrião deve ser propício a operações lucrativas.

Há amplos incentivos para as empresas estrangeiras e domésticas investirem em países em desenvolvimento. Os mercados do mundo em desenvolvimento estão crescendo e sua força de trabalho é subutilizada e barata. Embora os investimentos sejam, por sua própria natureza, um risco, os investidores preferem que sua exposição seja limitada a um risco normal. Portanto, preferem investir em países cujos governos dão proteção contra expropriações e garantem que o retorno econômico dos investimentos seja repatriado livremente. A MCA consultará a classificação de crédito do país da revista *Institutional Investor* para avaliar o grau de atratividade dos países candidatos à MCA para os investidores.

O ESTADO DE DIREITO E A PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ao mesmo tempo em que o Estado de Direito é, para a MCA, um indicador essencial e mensurável de um governo justo, ele tem também uma profunda influência na liberdade econômica de um país. Sistemas legais sólidos, previsíveis e transparentes devem existir para servir de alicerce para a confiança nos negócios e a proteção dos direitos de propriedade. No Egito, observa o economista peruano Hernando de Soto, a riqueza que os pobres acumularam vale cinquenta e cinco vezes mais que a soma de todos os investimentos externos diretos já registrados no país, inclusive o Canal de Suez e a Represa de Assuã. Sistemas legais confiáveis são essenciais para explorar o poder de tal riqueza e ressuscitar o chamado "capital morto" – o patrimônio dos pobres que tão freqüentemente não pode ser reconhecido formalmente ou alavancado para construir ou ampliar os empreendimentos.

O aperfeiçoamento da governança corporativa e a construção de instituições legais de apoio são vitais para se ganhar a confiança dos cidadãos no governo e no futuro econômico. Por exemplo, estando seguros do reconhecimento formal das empresas e da garantia legal da propriedade, os cidadãos terão incentivos para ampliá-los. Tecnologias e práticas empresariais avançadas introduzidas no processo de produção do mundo em desenvolvimento podem estimular o emprego, eliminar a pobreza e dar incentivos expressivos ao lucro de todos os sócios de *joint ventures*. Contudo, essas tecnologias e práticas pertencem às empresas que as introduzem, e seus direitos de propriedade intelectual devem ser garantidos e protegidos por lei pelos governos dos países em desenvolvimento. A meta é promover sistemas que protejam os proprietários em geral, sejam grandes ou pequenos, domésticos ou externos.

UMA ÁREA POTENCIAL PARA FINANCIAMENTO

A agricultura é uma das áreas que podem receber financiamento da MCA, e os investimentos nesse setor poderiam ter um retorno maior em países comprometidos com a liberdade econômica. A agricultura tem um grande potencial para estimular o desenvolvimento econômico. Quase 3 bilhões de pessoas vivem em áreas rurais, 1,3 bilhão delas em

locais que o Banco Mundial chama de "terras frágeis". Na África, mais de 70% das pessoas trabalham na agricultura. No mundo inteiro, mais de 800 milhões de pessoas são desnutridas. O aumento da produtividade agrícola nos países em desenvolvimento pode tirar da pobreza muitas pessoas das áreas rurais e erradicar a fome. Grandes avanços tecnológicos têm sido feitos na agricultura nas últimas décadas. Ao levar o conhecimento aos que mais dele necessitam, os países em desenvolvimento podem embarcar rumo à auto-suficiência em alimentos e as populações rurais poderão entrar na economia monetária.

Entretanto, os governos dos países em desenvolvimento precisam estar abertos e apoiar as novas tecnologias. Trabalhando em parceria com os governos dos países da MCA, as verbas da conta poderiam ser usadas para desenvolver programas agrícolas integrados para capacitar as comunidades agrícolas locais a aumentar a produtividade, fornecer incentivos para a criação de canais de distribuição e desenvolver a infra-estrutura necessária. Bangladesh é apenas uma das histórias de sucesso, ao conseguir aumentar sua produção de arroz em quase 70% desde os anos 1970, por meio da utilização de métodos e tecnologias agrícolas avançadas.

ATINGIR O DESENVOLVIMENTO

O presidente Bush concluiu seu anúncio da iniciativa Conta do Desafio do Milênio com um americanismo típico: "O fator crucial para nós e para nossos parceiros dos países em desenvolvimento é o quanto eles estão conseguindo em termos de desenvolvimento". A iniciativa MCA só terá êxito se selecionarmos parceiros que tenham políticas que permitam o crescimento, adotem programas para resolver os principais gargalos ao desenvolvimento e mantenham os indicadores de desempenho acordados que medem o progresso na consecução dos objetivos propostos. Ao exigir essas políticas de qualificação para os financiamentos da MCA e rastrear os financiamentos por meio de programas de desenvolvimento bem-sucedidos, a Conta do Desafio do Milênio promoverá políticas econômicas sólidas que resultarão em crescimento econômico e prosperidade nos países que se unirem a nós para enfrentar o desafio.

❑ SAÚDE E EDUCAÇÃO: ESSENCIAIS AO NOVO PLANO DE AJUDA EXTERNA

Andrew Natsios, administrador da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

Um país não pode verdadeiramente alcançar seu potencial, nem seu povo atingir um padrão de vida decente, sem melhorar a saúde e a educação públicas, diz Andrew Natsios, chefe da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Natsios argumenta que sem investimentos no setor social os governos provavelmente não experimentarão o efeito multiplicador da educação no crescimento econômico, na saúde, na democracia e na governança.

Ele alerta que os investimentos no setor da saúde são essenciais para reduzir o risco de ruptura social e econômica que pode ocorrer quando o HIV/Aids e outras doenças infecciosas atingem a escala de pandemia. A Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account – MCA) pode ajudar os países comprometidos com educação fundamental e saúde pública de qualidade a irem além das metas básicas e se aproveitarem do sucesso nessas áreas para acelerar a produtividade e o crescimento econômico, diz.

A Conta do Desafio do Milênio (MCA) anunciada pelo presidente Bush em março de 2002 adicionará US\$ 5 bilhões por ano à ajuda externa dos EUA, mas exigirá que os países comprovem que estão melhorando a saúde e a educação de seu povo antes de obterem a assistência da MCA.

Para reduzir a pobreza global por meio do crescimento econômico, a MCA irá “recompensar as nações que acabem com a corrupção, respeitem os direitos humanos e adotem o Estado de Direito . . . invistam em melhor assistência médica, melhores escolas e na ampliação da vacinação . . . e tenham mercados mais abertos e políticas orçamentárias sustentáveis”, disse Bush.

O aumento de 50% no montante total da ajuda externa dos EUA previsto pela MCA fundamenta-se na boa governança – o compromisso de governos honestos de governarem com justiça e protegerem a liberdade e a propriedade do povo.

O investimento em programas sociais – da educação fundamental à vacinação –, definido pelo presidente como um indicador de desempenho que os países

precisam alcançar para obter a ajuda da MCA, é muito mais crucial ao desenvolvimento econômico do que aparenta em princípio.

Mesmo que estratégias econômicas corretas estejam em vigor – moeda estável, orçamento nacional equilibrado, economia de mercado – e que haja uma boa infra-estrutura para a produção e o comércio – estradas, eletricidade, portos, telecomunicações –, um país não pode verdadeiramente alcançar seu potencial, nem seu povo atingir um padrão de vida considerado aceitável para os tempos modernos, sem melhorar a saúde e a educação de seu povo.

Por essa razão, a Corporação Desafio do Milênio (MCC), criada para administrar a MCA, avaliará cada país candidato para ter certeza de que ele está trabalhando em nome da saúde e da educação de seu povo. Em muitos países, isso não tem acontecido.

A Conta do Desafio do Milênio está prevista para ser uma ferramenta ou instrumento nas mãos de reformadores em qualquer país onde poderosos interesses oligárquicos e corrupção bloqueiem as mudanças. Ela dá munição aos reformadores.

Reformas políticas e econômicas são necessárias antes que um país decole e alcance um novo nível de crescimento.

Durante anos nós norte-americanos questionamos a ajuda externa. Alguns disseram que era um desperdício do dinheiro do contribuinte. Outros disseram que governos corruptos agarravam a fátia do leão da ajuda. E outros ainda disseram que precisávamos fazer mais para milhões de pessoas necessitadas do mundo todo. O presidente Ronald Reagan enfatizou a necessidade de ensinar as pessoas a ganharem sua própria subsistência em vez de fornecer-lhes ajuda humanitária como uma prerrogativa permanente.

A atual situação do mundo – com o sentimento anti-Ocidente no mundo islâmico e a disseminação da pandemia de HIV/Aids na África e em outros lugares – faz com que esses argumentos da década de 1990 sobre ampliar ou não a ajuda externa pareçam desatualizados.

A assistência ao desenvolvimento hoje se coloca junto com a defesa e a diplomacia como um dos três

componentes essenciais da política externa norte-americana, segundo a Estratégia de Segurança Nacional (NSS) do presidente Bush.

O governo assumiu um novo compromisso de cuidar para que a ajuda seja verdadeiramente efetiva e ajude a fazer com que os países em desenvolvimento melhorem a saúde pública, a educação, a nutrição e outros elementos fundamentais que a humanidade moderna passou a esperar como direito inato universal.

“A meta da MCA é reduzir a pobreza ampliando significativamente a trajetória do crescimento econômico dos países beneficiários”, segundo um documento de referência da Casa Branca, de 5 de fevereiro de 2003.

“Isso requer uma ênfase em investimentos que aumentem o potencial produtivo dos cidadãos e das empresas de um país.”

A educação é especialmente importante devido ao seu efeito multiplicador – para além da alfabetização – no crescimento econômico, na democracia e na boa governança. Uma mulher que tenha passado pelo ensino médio produzirá mais comida sem quantidades ou habilidades adicionais.

A educação ajuda as pessoas a votar com consciência.

Uma mulher instruída tem menos filhos e seus filhos têm mais chance de sobreviver.

A saúde é vital para tirar as pessoas da pobreza. Em muitos países em desenvolvimento, milhões estão doentes, com crises recorrentes de malária que minam sua capacidade de trabalhar ou de produzir os alimentos necessários para suas famílias sobreviverem. Do mesmo modo, a pandemia de HIV/Aids infectou 60 milhões de pessoas, e tantos agricultores, professores e outros profissionais imprescindíveis estão doentes ou morrendo em regiões da África Austral que muitos países correm risco de falência econômica e social de grandes proporções.

A Usaid há muito tempo está envolvida em ajudar os países a melhorarem a saúde e a educação e está pronta para dar assistência aos que desejam se qualificar para os recursos da MCA.

Os países qualificados para os recursos da MCA serão identificados por 16 indicadores que serão utilizados para avaliar o desempenho nacional. Esses 16 países estão divididos em três grupos: os que governam com justiça, os que promovem a liberdade econômica e os que investem no povo.

Para determinar o desempenho dos países nessas áreas, a MCC examinará relatórios de instituições proeminentes como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Fundação Heritage e a Freedom House. Os quatro indicadores de que um país está investindo na saúde e na educação de seu povo serão determinados utilizando-se fontes nacionais e do Banco Mundial. São eles:

1. Gastos com educação fundamental pública como uma porcentagem do PIB. A alfabetização é extremamente importante para o desenvolvimento. Ela permite que as mães leiam e compreendam as orientações de remédios e de embalagens de alimentos; permite que os trabalhadores busquem empregos com melhores remunerações; possibilita que as pessoas aprendam sobre os riscos de saúde e as oportunidades de negócios em jornais e folhetos. Alguns países de baixa renda gastam muito em educação, mas grande parte do dinheiro é gasto para mandar as crianças da elite para universidades gratuitas, em vez de dar educação fundamental para todos – uma prioridade para a obtenção dos recursos da MCA.

2. Taxa de conclusão na educação fundamental. Mesmo que o dinheiro seja alocado para a educação fundamental, isso não garante uma população instruída. A corrupção, a má qualidade do ensino, o trabalho infantil e a restrição a que meninas freqüentem a escola ou a restrição à educação religiosa podem deixar muitas crianças com educação inadequada para participar do desenvolvimento. Portanto, a taxa de conclusão será um fator na elegibilidade à MCA.

3. Gastos públicos na saúde como uma porcentagem do PIB. Não é mais aceitável que apenas as pessoas que vivem em países ricos ou que as elites do mundo em desenvolvimento tenham acesso à medicina e a tratamentos que aliviam a dor, prolongam a vida e nos permitem ter uma vida mais saudável e produtiva. As verbas da MCA só estarão disponíveis para os países que mostrarem que estão alocando recursos para combater a malária, a tuberculose, a diarreia e outras doenças que minam a força produtiva de um povo.

4. Índices de difteria, coqueluche, tétano e sarampo. Mesmo que um país aloque fundos suficientes para a saúde, ele pode estar inclinado a gastar com caros aparelhos de ressonância magnética e outros equipamentos ou tratamentos que servem a elite das cidades em vez de investir nas necessidades básicas de saúde da população pobre rural e urbana. Os índices de vacinação mostrarão se o país está atingindo ou não a maioria pobre.

Para poder se qualificar para os recursos da MCA, um país precisa mostrar seu desempenho em dois dos quatro critérios de investimento social listados acima. Além disso, cada país precisa ter um desempenho adequado em três dos seis critérios para governar com justiça e promover a liberdade econômica.

Quando um país atender esses critérios, a decisão final sobre a elegibilidade será tomada pelo Conselho de Administração da MCC, que será presidido pelo secretário de Estado e incluirá o secretário do Tesouro e o diretor do Escritório de Administração e Orçamento. O diretor executivo da agência será confirmado pelo Senado.

No passado, os países receberam ajuda estrangeira com base na necessidade. Cerca de 15% dessa assistência foi para os governos e o restante para organizações não-governamentais, universidades, cooperativas, associações comerciais, associações profissionais e grupos e empresas de cunho religioso.

Tal ajuda – inclusive o auxílio humanitário no caso de desastres naturais ou causados pelo homem – continuará por meio da Usaid e de outras agências do governo dos EUA. No entanto, antes de convidar uma nação candidata a participar, a MCA pergunta: “O que você fez por seu povo?”.

Se um governo está colocando as crianças na escola fundamental, então a MCA pode ajudar a fazer algo no sentido de dar emprego aos graduados ou de ajudar a criar sistemas de escolas médias.

Cada país selecionado assinará um contrato com a MCC que prevê responsabilidade financeira para com os recursos da MCA e inclui um número limitado de objetivos claros e mensuráveis, assim como indicadores de desempenho regulares para avaliar o progresso.

Para acelerar a produtividade e o crescimento econômico, a MCA estará concentrada em poucas áreas essenciais: agricultura, educação, iniciativa privada, promoção do setor privado, boa governança, saúde e também comércio e investimentos.

As regras e os recursos da MCA fazem parte da Lei Desafio do Milênio de 2003, que aguarda aprovação do Congresso. Ela autoriza US\$ 1,3 bilhão no ano fiscal de 2004, com os gastos aumentando até o ano fiscal de 2006, chegando aos US\$ 5 bilhões por ano orçados.

Como a MCC terá uma equipe de apenas 100 pessoas – algumas das quais provavelmente serão da equipe da Usaid e especialistas designados para o novo órgão –, a ajuda da MCA será conduzida e monitorada por diversos atores, incluindo a equipe da Usaid e missões no exterior, organizações não-governamentais, grupos de cunho religioso e outros.

O presidente Bush disse em sua Estratégia de Segurança Nacional que a assistência dos EUA aos países pobres continua uma parte essencial da política externa devido aos valores éticos dos Estados Unidos, bem como devido ao interesse nacional do país em evitar a falência dos Estados. A pobreza e a aflição no mundo quase sempre retornam aos Estados Unidos na forma de doenças, drogas, migração ilegal e perda do meio ambiente comum do planeta.

“Por fim, os Estados Unidos farão uso dessa oportunidade para ampliar os benefícios da liberdade em todo o globo”, diz a NSS. “Trabalharemos ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento, dos mercados livres e do livre comércio a cada canto do mundo.”

A MCA é o maior aumento na ajuda estrangeira dos EUA em talvez 40 anos.

COMENTARIOS

□ ANTICORRUPÇÃO: LIBERANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nancy Zucker Boswell, diretora-gerente da Transparência Internacional (TI) EUA e Peter Richardson, assessor da Secretaria Internacional da TI

A corrupção enfraquece a economia de um país dificultando a arrecadação de impostos, desperdiçando recursos, impedindo investimentos privados, desencorajando o empreendedorismo e prejudicando o cumprimento de importantes regulamentações, declarou Peter Richardson, assessor da Transparência Internacional e ex-diretor da Transparência Internacional EUA, o braço norte-americano da organização internacional não-governamental dedicada ao combate à corrupção. O assessor acrescentou que a corrupção também prejudica mais os pobres, porque distorce o planejamento econômico em prejuízo dos investimentos nos serviços sociais, além do fato de que os menos favorecidos dispõem de menor poder de persuasão.

“O critério de elegibilidade da MCA, no qual o país deve manifestar seu compromisso de coibir a corrupção e promover a boa governança, pode representar um grande avanço rumo a mudanças no sistema de incentivos previstos para a assistência ao desenvolvimento”, afirmou Nancy Zucker Boswell, diretora-gerente da TI EUA. “A medida sinaliza que haverá custos adicionais àqueles que não empenharem esforços no combate à corrupção – a inelegibilidade à assistência da MCA”. Boswell e Richardson argumentam que as mudanças nas políticas devem começar com medidas preventivas, como a reforma no serviço público, sempre que for necessária, e a garantia da transparência em todas as leis e regulamentações. Os dois representantes acrescentaram que os países precisam implementar um sistema de direito penal no qual existam “promotores imparciais dispostos a instaurar processos e um judiciário competente e independente que aplique suas sentenças”.

O consenso mundial afirma que a corrupção nas esferas pública e empresarial inibe o crescimento econômico e pode perpetuar a pobreza.

Considerando que os recursos financeiros são fungíveis e que a corrupção os esgota, é improvável que a ajuda econômica a países que não se mostram

comprometidos no combate à corrupção leve a um desenvolvimento sustentável. Essa conclusão levou as agências bilaterais e multilaterais de assistência ao desenvolvimento a reconsiderar os critérios de escolha dos beneficiados e dar maior ênfase à boa governança.

De acordo com a legislação transmitida recentemente pelo governo Bush ao Congresso, para receber a ajuda proposta por meio da Conta do Desafio do Milênio (Millenium Challenge Account – MCA), o país deve demonstrar, por meio de suas iniciativas, seu compromisso em coibir a corrupção. Tal “demonstração de compromisso” prova que o país possui a determinação necessária para estimular seu desenvolvimento econômico, reduzir a pobreza e garantir que os futuros benefícios, provenientes de tal ajuda econômica, não sejam desperdiçados.

A CORRUPÇÃO PREJUDICA O DESENVOLVIMENTO

Quantificar as perdas econômicas causadas pela corrupção é uma tarefa necessariamente especulativa, porém muitas avaliações independentes têm sido realizadas. Numa estimativa feita pelo Banco Mundial, que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera conservadora, o custo anual da corrupção em todo o mundo foi calculado em mais de US\$ 80 bilhões – mais do que toda a ajuda econômica concedida. Uma pesquisa do Fundo Monetário Internacional indicou que a corrupção pode reduzir a taxa de crescimento de um país em 0,5% ao ano. Um ex-especialista em compras governamentais do Banco Mundial estima que a corrupção normalmente eleva em 25% o custo dos grandes contratos governamentais.

O suborno de grandes proporções enfraquece a economia de um país, e o pequeno suborno – por exemplo, o pagamento em troca de “facilitação”

para acelerar ações rotineiras do governo – prejudica os pobres de forma desproporcional. A corrupção tende a distorcer o planejamento econômico de um país em prejuízo dos setores sociais, que normalmente são os mais benéficos à população mais pobre, e em favor de projetos que envolvem grandes somas de dinheiro, aqueles que oferecem mais oportunidades para a obtenção de grandes “propinas”.

A corrupção também prejudica o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza de formas numerosas, distintas e, na maioria dos casos, imensuráveis. A corrupção, quando disseminada, impede a entrada dos melhores profissionais no serviço público, tornando-se auto-sustentável, e estimula os integrantes do serviço público a buscar o próprio enriquecimento ao invés do bem comum. Isso desrespeita a lei, pode facilitar a prática criminosa e gerar ceticismo, alimentando a idéia de que a extorsão é inevitável e que o suborno é necessário. Para citar outro ponto igualmente relevante, a corrupção prejudica o cumprimento de importantes regulamentações, como a criação de códigos de segurança e a proteção ambiental, e estimula a proliferação de regulamentos desnecessários, que criam mais oportunidades para a extorsão de subornos.

A arrecadação de impostos revela-se mais difícil em ambientes com altos níveis de corrupção, tornando o aumento das alíquotas de impostos uma necessidade para que se obtenha a receita necessária. Isso pode fomentar a fuga de capitais.

O alastramento da corrupção pode corroer a estabilidade política, inibindo o investimento privado nacional e estrangeiro. Mesmo em países onde a estabilidade não esteja em risco, a alta probabilidade de extorsão desencoraja tais investimentos.

Embora a correlação não indique necessariamente causalidade, torna-se relevante ressaltar que as análises quantitativas demonstram que a corrupção está em correlação positiva com a distorção de políticas e o tempo que um empreendimento deve despendar com funcionários do governo. A corrupção está em correlação negativa com a seleção, por mérito, de funcionários para o serviço público, com os salários do funcionalismo, a previsibilidade do judiciário, os investimentos estrangeiros diretos, a relação entre o investimento bruto e o produto interno bruto (PIB), os direitos da

mulher, os investimentos em educação e o desempenho nacional em relação ao meio-ambiente.

A corrupção não é a única causa para a constante pobreza dos países. As baixas dotações para a preservação dos recursos naturais, a fraca gestão econômica, os insatisfatórios sistemas de educação, a inadequada infra-estrutura, os baixos incentivos para agricultores e empresários, a deficiente administração e a escassez de poupança e de capital para investimentos (entre outros) normalmente favorecem a corrupção. Porém, a corrupção em larga escala invariavelmente prejudica o desenvolvimento.

O QUE PODE SER FEITO?

Embora sua total eliminação seja improvável, a corrupção em larga escala ou com grande poder de disseminação pode ser evitada, qualquer que seja o país. As mudanças verificadas, com o passar do tempo, nas classificações definidas pelo *Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional*, que classifica os países com base no nível de corrupção verificado entre seus funcionários públicos e políticos, confirmam que a corrupção pode ser enfrentada.

Considerando a extensão do problema, torna-se essencial o uso de uma abordagem holística e de uma perspectiva de longo prazo para as reformas contra a corrupção. Fazer tal abordagem operacional exige líderes com vontade política e amplo mandato outorgado pela sociedade civil, inclusive pelo setor privado. A participação de todos os interessados – governo, sociedade civil e setor privado – é fundamental.

Em muitos países, esses grupos trabalham em coalizão para especificar as maiores deficiências e lacunas no “sistema de integridade” do país. Eles fixam prioridades, identificam oportunidades, criam pressão política sustentável e monitoram os avanços da reforma.

As condições distintas, existentes em todos os países, tornam impossível prescrever uma agenda única para aplicação das reformas necessárias ou qualquer padrão de seqüência para introduzi-las. Contudo, a reforma mais urgente começa com a instituição de medidas preventivas. Normalmente elas possuem boa relação custo-benefício e provocam menos dissensão do que as medidas que enfocam unicamente questões relativas à legislação penal, à detenção e à instauração de processos,

embora as medidas amparadas na legislação penal produzam efeitos duradouros de coibição, quando aplicadas com persistência e em larga escala.

A medida preventiva mais fundamental preconiza que o setor público se comprometa a fazer publicações regulares e permita o acesso a todas as leis, regulamentações, decisões administrativas e judiciais; compras governamentais, financiamento de campanhas e outras informações de rotina. A medida preventiva deve propiciar oportunidades de participação pública e transparência nos processos de tomada de decisões, antes que as ações sejam colocadas em prática.

As medidas preventivas também devem incluir a criação, para funcionários públicos, de códigos de conduta e normas para resolução de conflitos de interesse, com treinamento para promover o cumprimento dessas regras e as sanções previstas em caso de sua não-observância. Os funcionários do alto escalão devem divulgar seu patrimônio regularmente para minimizar as oportunidades de enriquecimento ilícito. Tanto a mídia quanto os autores de denúncias devem ser protegidos contra represálias, de forma que possam desempenhar seu papel com responsabilidade.

Além das medidas preventivas, a legislação penal também tem uma parte a cumprir, desde que promotores imparciais instauem processos e que o poder judiciário, competente e independente, aplique suas sentenças. Os cidadãos consideram essa questão particularmente problemática, tendo em vista o predomínio da impunidade, a fraca fiscalização institucional e o desrespeito ao Estado de Direito. A eficiência, na prática, de recentes convenções multilaterais que prescrevem medidas preventivas e penais, inclusive a Convenção Interamericana contra a Corrupção e o Conselho da Convenção Européia de Legislação Penal contra a Corrupção, dependerá de como essas questões serão abordadas.

Outras reformas no setor público, normalmente necessárias, incluirão: reforma no funcionalismo público, com ênfase no pagamento de salários que permitam um padrão de vida razoável; reforma normativa, para reduzir o número de aprovações exigidas e limitar o poder oficial em concedê-las; criação de regras rígidas e uma política de ampla divulgação e fiscalização pública para promoção da transparência e da prestação de contas no setor de compras governamentais.

Nenhuma estratégia contra a corrupção será bem-sucedida sem a participação do setor privado. As empresas nacionais e multinacionais devem adotar e aplicar códigos de conduta e procedimentos que promovam a conduta ética e fiscalizem o cumprimento de leis e regulamentações, inclusive aquelas que proíbem a prática de suborno nacional e transnacional. Desde que a Convenção da OCDE sobre Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros entrou em vigor, há proibições penais relativas ao suborno transnacional. Embora o cumprimento dessas e de outras leis nacionais pertinentes sejam o pré-requisito para a concretização de mudanças no comportamento corporativo, as empresas são orientadas a criar programas que incluam treinamento, procedimentos para denunciar comportamento ilegal ou antiético e mecanismos para aplicação de intenso monitoramento e fiscalização. As empresas devem estabelecer e manter um sistema eficaz de controles internos, manutenção de livros e arquivos que reflitam com precisão suas transações e distribuições de ativos. Numa abordagem geral, todos os profissionais, tais como contadores, auditores e advogados, devem ter e aplicar normas e códigos de ética e um processo eficaz de credenciamento.

Obviamente, a execução de tantas reformas ambiciosas pode ser uma tarefa complexa e exigir um comprometimento de longo prazo. Ela demanda capacidade técnica e financeira e, acima de tudo, vontade política. A sociedade desempenha um papel fundamental em manter a questão em destaque na agenda política. Classificações como a obtida por meio da avaliação anual do *Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional* exercem pressão para as reformas, e as “pesquisas sobre prestação de serviços”, que estimam a incidência de suborno em agências do governo, viabilizam condições para que os esforços por reformas sejam direcionados às áreas de maior necessidade. Outras pesquisas úteis incluem as que avaliam a relação entre a entrada e a saída de recursos orçamentários em agências, além de pesquisas “Big Mac”, que comparam o custo de itens similares, como aspirinas, em vários hospitais públicos, para identificar divergências injustificadas.

As agências bilaterais e multilaterais de assistência ao desenvolvimento, na definição de suas estratégias assistenciais, também devem desempenhar um papel importante. Priorizar o combate à corrupção nas estratégias assistenciais de

um país viabilizará as reformas. A criação de sistemas para investigar denúncias de corrupção em compras governamentais e coibir empresas envolvidas com essa prática representa um outro avanço. Os bancos multilaterais de desenvolvimento podem fazer mais, inclusive acrescentando um novo critério de qualificação para concorrência pública, no qual o proponente deve possuir códigos de conduta de combate ao suborno e programas de fiscalização.

CONCLUSÃO

O critério de elegibilidade da MCA, que exige do país um exposto compromisso de coibir a corrupção e promover a boa governança, representará um passo importante para a concretização de mudanças no sistema de incentivos para a assistência ao desenvolvimento. Ele será um empecilho a mais para aqueles que não se empenharem em combater a corrupção. Os doadores devem considerar como as necessidades desses países serão abordadas. Nos países em que o

critério for atendido, a assistência da MCA poderá ajudar a promover a reforma porque ela demanda que governos, empresários e sociedade civil trabalhem juntos em uma parceria construtiva. Com isso, haverá potencial para melhorar as perspectivas de desenvolvimento econômico e o uso produtivo da assistência. A estimativa desse potencial exigirá avaliações locais sobre o nível de corrupção do país e a eficácia dos projetos da MCA, além de uma atenção cuidadosa dispensada a auditorias e à prestação de contas para garantir que os recursos sejam utilizados como planejado. Isso representa um imenso desafio, porém promete causar um impacto profundo nas futuras estratégias de assistência e no sucesso que elas obterão no combate à corrupção.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos.

❑ LIBERDADE ECONÔMICA PROMOVE CRESCIMENTO E PROSPERIDADE NO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Brett D. Schaefer, Jay Kingham Fellow em Assuntos de Regulamentação Internacional Fundação Heritage

Os últimos 50 anos de assistência bilateral e multilateral ao desenvolvimento indicam que aumentar a ajuda financeira aos países pobres sem a contrapartida das reformas econômicas, sociais e políticas será uma medida ineficaz e possivelmente contraproducente, diz o economista Brett D. Schaefer. Abertura de mercados, apoio à atividade empresarial e adesão ao Estado de Direito estão entre as reformas políticas mais importantes que podem levar ao crescimento econômico e à prosperidade desses países, explica. Schaefer argumenta que a Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account – MCA) visa provocar uma “revolução fundamental” na assistência ao desenvolvimento não somente por vincular a ajuda às políticas que comprovadamente complementem e conduzam ao crescimento econômico, como também por reconhecer que as reformas devem ser elaboradas e executadas pelos países beneficiários, e não pelos doadores da ajuda.

Por mais de 50 anos as nações desenvolvidas gastaram centenas de bilhões de dólares em assistência multilateral e bilateral, tentando promover o desenvolvimento dos países pobres. O resultado desse esforço foi desanimador. Na maioria das vezes, a ajuda foi ineficaz ou contraproducente e não atingiu seus objetivos de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento. Em consequência, a pobreza continua sendo um dos problemas mundiais mais prementes, e muitos beneficiários da assistência ao desenvolvimento são hoje tão ou mais pobres do que há décadas.

Para muitas organizações governamentais e não-governamentais, esse fracasso se deve em grande parte à insuficiência da assistência ao desenvolvimento. Por exemplo, depois que o presidente Bush prometeu aumentar em US\$ 5 bilhões por ano o orçamento destinado à assistência ao desenvolvimento por meio da Conta do Desafio do Milênio, o Centro de Desenvolvimento Global e o Centro de Prioridades Orçamentárias e Políticas fizeram a seguinte crítica:

“O nível de gastos proposto pelo governo Bush... ainda deixaria a ajuda bem abaixo de sua média

histórica em proporção aos gastos totais do governo e em proporção à economia.”

Mas o fracasso da assistência ao desenvolvimento não se deve à falta de recursos. Por exemplo, dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que, entre 1980 e 2000, os Estados Unidos sozinhos transferiram mais de US\$ 144 bilhões (em dólares americanos constantes de 1999) em assistência oficial ao desenvolvimento para 97 países, regiões e territórios, de acordo com os dados sobre o PIB per capita disponíveis na época.¹

Esses 97 países tiveram um PIB per capita, ajustado pela inflação média, de US\$ 1.076 em 1980, mas de apenas US\$ 994 em 2000, um declínio em termos reais.

A taxa de crescimento anual composta desses países, em PIB per capita, foi de -0,16% em média, sendo que 12 tiveram crescimento negativo e apenas quatro atingiram taxas de crescimento superiores a 1%.

Obviamente a assistência ao desenvolvimento não produziu um crescimento econômico sólido de maneira uniforme ou freqüente. Conforme observou o economista do Banco Mundial William Easterly em seu artigo “The Cartel of Good Intentions” (O Cartel de Boas Intenções), “como muitos países de baixa renda beneficiados pela ajuda tiveram crescimento per capita negativo e muitos tiveram crescimento positivo... Entre todos os países de baixa renda não há uma relação clara entre ajuda e crescimento”. O que essa experiência nos ensinou é que o simples aumento do investimento em assistência externa não promove o crescimento e a prosperidade nos países em desenvolvimento.

O CAMINHO PARA O CRESCIMENTO E A PROSPERIDADE

Os estudos econômicos, admitindo que o nível de ajuda não é a questão central, se concentraram em descobrir quais são as políticas que mais conduzem ao crescimento e ao desenvolvimento. Em seu relatório *1996 World Development Report: From Plan to Market (Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 1996: dos Planos ao Mercado)*, o Banco Mundial fez a seguinte observação:

“Os sistemas econômicos dominados pelo Estado dos países [em desenvolvimento e ex-comunistas] foram oprimidos pelo controle burocrático e pela ineficiência, dificultaram em grande parte o funcionamento dos mercados e foram incapazes de manter as melhorias conseguidas em termos de bem-estar da população.”

Estudos subsequentes do Banco Mundial demonstraram que a abertura dos mercados e a liberalização econômica são o caminho mais rápido e confiável para promover o crescimento e a prosperidade. Um estudo realizado pelo Banco Mundial em 2002, intitulado *Globalization, Growth, and Poverty: Building an Inclusive World Economy (Globalização, Crescimento e Pobreza: como Construir uma Economia Mundial Inclusiva)* constatou que o crescimento da globalização (definida como o comércio expresso em porcentagem do PIB) entre o final das décadas de 1970 e 1990 acelerou o crescimento econômico. Os países em desenvolvimento mais globalizados (24 países em desenvolvimento com mais de 3 bilhões de pessoas) atingiram um crescimento médio, na renda per capita, de 5% ao ano na década de 1990. Em compensação, nos países em desenvolvimento menos globalizados, “a taxa de crescimento agregada foi realmente negativa nessa mesma década”. Na era da globalização, os perdedores são os países que se recusam a abraçar a liberalização econômica e o mercado global.

Contradizendo as freqüentes alegações dos ativistas antiglobalização, os analistas do Banco Mundial descobriram que a globalização ajuda o pobre tanto quanto o rico e melhora os padrões trabalhistas e ambientais no longo prazo. Um estudo realizado pelo Banco Mundial em junho de 2001, intitulado *Trade, Growth and Poverty (Comércio, Crescimento e Pobreza)* constatou que o aumento no crescimento resultante da “expansão comercial produz aumentos proporcionais na renda dos pobres... a globalização acelera o crescimento e a redução da pobreza nos países pobres”. O estudo descobriu que, embora os salários possam ficar mais baixos logo após a liberalização, “no longo prazo os trabalhadores ganham com a integração. Os salários aumentaram duas vezes mais rápido nos países em desenvolvimento mais globalizados do que nos menos globalizados e aumentaram mais rápido do que nos países ricos”. Do mesmo modo, “apesar do medo difundido, não há provas de declínio nos padrões ambientais. De fato, um estudo recente sobre a qualidade do ar em centros industriais importantes dos novos globalizadores constatou que ela melhorou de forma significativa em todos eles”.

O Índice de Liberdade Econômica, publicado anualmente pela Fundação Heritage e pelo *The Wall Street Journal*, confirma esses estudos. O Índice classifica 10 fatores de 161 países, onde 1 é o melhor escore e 5 é o pior. Esses fatores são: política comercial; encargos fiscais do governo; intervenção do governo na economia; política monetária; fluxos de capital e investimento estrangeiro; sistema bancário e financeiro; salários e preços; direitos de propriedade; regulamentação; e atividade do mercado negro. A média desses 10 fatores representa o grau de liberdade econômica do país. Os países são então designados de “livres”, “razoavelmente livres”, “razoavelmente não livres” e “reprimidos” com base nesses escores gerais.

Conforme mostra o Índice, os países livres têm, em média, uma renda per capita duas vezes maior que a dos razoavelmente livres, e estes últimos têm uma renda per capita mais de três vezes superior à dos países razoavelmente não livres e reprimidos. Essa relação existe porque as políticas que promovem a liberdade econômica criam um ambiente que facilita o comércio e incentiva a atividade empresarial que, por sua vez, gera crescimento econômico.

As análises dos economistas Richard Roll, da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e John Talbott, do Grupo de Desenvolvimento Global, corroboram a conclusão de que o caminho para o crescimento e a prosperidade é adotar políticas que promovam a liberdade econômica e o Estado de Direito segundo os critérios do Índice. O trabalho dos economistas demonstra que as instituições econômicas, jurídicas e políticas de um país explicam mais de 80% da variação encontrada na renda per capita real em mais de 130 países entre 1995 e 1999. Liberdades civis, gastos do governo, direitos políticos, liberdade de imprensa e direitos de propriedade foram os fatores que tiveram mais influência positiva sobre a renda per capita de um país. As variáveis que tiveram efeito negativo sobre a renda per capita foram: atividade do mercado negro, excesso de regulamentação, política monetária fraca e barreiras comerciais. Roll e Talbott constataram uma forte relação entre liberdade econômica e nível de renda per capita, concluindo que a liberdade econômica é, sem dúvida, muito importante para o desenvolvimento de um país.

“A liberalização é, de modo geral, seguida por uma drástica melhora na renda do país, ao passo que os eventos antidemocráticos resultam em substanciais reduções nas taxas de crescimento. Chegamos à conclusão de que os países podem acelerar o desenvolvimento se respeitarem os direitos de propriedade, promoverem um Judiciário

independente, combaterem a corrupção, desmontarem o esquema regulador opressivo, permitirem a liberdade de imprensa e protegerem os direitos políticos e as liberdades civis. Essas características definem um ambiente saudável para a atividade econômica...”

“Não é possível poupar quando o governo falsifica os índices de inflação. As pessoas não podem competir com monopólios financiados pelo Estado. Elas não podem comercializar de forma eficiente se as tarifas são altas e as taxas de câmbio oficiais são forçadas. Não podem se defender da regulamentação opressiva e da corrupção. Não podem capitalizar lucros futuros num mundo onde os direitos de propriedade não existem. E não podem prosperar sem liberdade econômica e pessoal.”

O estudo confirma que o Estado de Direito e políticas econômicas sólidas como a liberalização do comércio e a inflação baixa são essenciais para promover o crescimento e a prosperidade.

COMO FAZER A AJUDA FUNCIONAR

As evidências indicam que a assistência econômica só pode impulsionar o crescimento em países que têm políticas econômicas favoráveis e instituições fortes — em ambientes políticos desfavoráveis, a ajuda é muito menos eficaz e pode até ser contraproducente. Levando em conta essa experiência e a análise do desenvolvimento, o presidente George Bush propôs um novo programa de assistência ao desenvolvimento: a Conta do Desafio do Milênio (MCA).

A MCA representa uma revolução fundamental em termos de assistência ao desenvolvimento porque pretende prestar assistência somente aos países que demonstrarem a adoção de políticas (boa governança, erradicação da corrupção, defesa dos direitos humanos, adesão ao Estado de Direito, investimento em saúde e educação e adoção de políticas econômicas sólidas que incentivem a iniciativa e o empreendedorismo) comprovadamente complementares e favoráveis ao crescimento econômico.

Esse foco nas políticas que apóiam o crescimento econômico é adequado porque o aumento da prosperidade permite que os pais eduquem seus filhos em vez de fazê-los trabalhar para ajudar a sustentar a família. A prosperidade capacita as pessoas a valorizar as áreas verdes por seu valor estético, e não por seu potencial como campos de plantação ou matéria-prima para combustível. Ele permite que a força de trabalho se preocupe com a qualidade do ambiente de trabalho, não com a falta de emprego. E a prosperidade dá às famílias meios

de adotar práticas de prevenção da saúde, o que prolonga a expectativa de vida.

Do mesmo modo, é necessário um Estado de Direito justo, forte e confiável a fim de que as pessoas possam fazer investimentos de longo prazo para melhorar a vida sem medo de que esses investimentos lhes sejam tomados arbitrariamente. Como observou o economista peruano Hernando de Soto em *O Mistério do Capital*,

“Os habitantes pobres das [nações em desenvolvimento e ex-comunistas] — cinco sextos da humanidade — têm posses, mas não têm como representar sua propriedade e criar capital. Eles têm casa, mas não a escritura; tem plantações, mas não o título de propriedade; têm empresas, mas não o contrato social... o valor total dos imóveis ocupados, mas não legalmente possuídos, pelos pobres das nações do Terceiro Mundo e ex-comunistas é de pelo menos US\$ 9,3 trilhões.”

É a ausência do Estado de Direito que impede que o pobre utilize esses bens em benefício próprio.

A MCA é modesta em sua abordagem porque sabe que a ajuda sozinha não promoverá o aumento do crescimento e da prosperidade, além de reconhecer que os doadores bilaterais e multilaterais não podem forçar o governo de um país em desenvolvimento a aceitar as reformas contra sua vontade. Um dos erros das tentativas anteriores foi procurar forçar as reformas. A dificuldade dos governos em aceitar as reformas é comprovada pelos frequentes fracassos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em impor condições para os países beneficiários. A história mostra que os governos dos países beneficiários geralmente prometem mais do que cumprem em troca da assistência do FMI e do Banco Mundial — conclusão respaldada pela análise do Banco Mundial em *Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why (Avaliação da Ajuda: o que Funciona, o que Não Funciona e Por Qué)*, que constatou que “a condicionalidade dificilmente produzirá reformas duradouras se não houver um movimento nacional forte a favor das mudanças”. A MCA reconhece que, para serem duradouras, as reformas devem começar em casa. Em vista dessa realidade, a insistência do presidente Bush para que a MCA concentre seus recursos nos países em desenvolvimento que comprovem a adoção de políticas favoráveis ao desenvolvimento pode ser o aspecto mais importante do programa. Em vez de garantir assistência para produzir reformas, o programa concederá assistência aos países que já demonstraram vontade política de fazer reformas, aumentando assim as chances de que os recursos sejam eficazes.

UMA NOVA OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO E PROSPERIDADE

As lições mais importantes que podemos tirar de tudo o que foi exposto são simples. Primeiro, promover o crescimento econômico e a prosperidade por meio de liberdade econômica deve ser a principal meta da ajuda ao desenvolvimento. Segundo, a assistência pode melhorar o crescimento econômico somente se o ambiente político for propício. Terceiro, o futuro econômico dos países em desenvolvimento depende muito mais deles mesmos, das políticas que decidem adotar e levar adiante — reformas políticas de longo prazo não podem ser impostas à força.

Ao exigir que os países beneficiários demonstrem sua adesão a políticas que comprovadamente catalisem o desenvolvimento, a MCA reconhece as limitações da assistência ao desenvolvimento ao mesmo tempo em que mantém o espírito de ajuda oferecendo a mão às nações que se esforçam por melhorar.

1. Os Estados Unidos transferiram mais de US\$ 167 bilhões (em dólares americanos constantes de 1999) em assistência oficial ao desenvolvimento para 156 países, regiões e territórios entre 1980 e 2000. Existem dados sobre o produto interno bruto per capita de 97 desses países no período mencionado. Os dados da assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) são provenientes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Estatísticas sobre Desenvolvimento Internacional de 2002, em CD-ROM. Os dados sobre o PIB e o PIB per capita são provenientes do Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2002. Uma lista completa dos dados encontra-se disponível em Brett D. Schaefer, *The Millennium Challenge Account: An Opportunity to Advance Development*, Palestra da Heritage #753, 12 de julho de 2002, no endereço <http://www.heritage.org/Research/TradeandForeignAid/HL753>. cfm.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição da Fundação Heritage nem a posição ou as políticas do governo dos Estados Unidos.

❑ ASPECTOS SOCIAIS DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO: RISCOS E PERSPECTIVAS

Stephen P. Heyneman, professor de Política de Educação Internacional Universidade de Vanderbilt

Embora a Conta do Desafio do Milênio ofereça a perspectiva de estabilidade e redução da pobreza a muitas das nações mais pobres do mundo, para ter sucesso ela necessitará de uma reforma fundamental no que se refere às condições exigidas dos países que buscam ajuda externa, diz Stephen Heyneman, professor de política de educação internacional da Universidade de Vanderbilt.

Heyneman argumenta que se uma nação “tem coragem e perspicácia para colocar sua macroeconomia em ordem e garantir instituições públicas democráticas, ela não deve ser excessivamente controlada” no modo como investe em educação. Esse tipo de abordagem requer uma mudança de postura das agências de desenvolvimento internacional que prestam assistência à educação e à saúde, diz ele..

A Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account - MCA) é um compromisso que os Estados Unidos assumiram de aumentar a ajuda externa em 50% nos próximos três anos, o que resultará num acréscimo anual de US\$ 5 bilhões em relação aos níveis atuais. Muitos outros países e agências multinacionais de assistência ao desenvolvimento serão convidados a contribuir para co-financiar essa nova conta, e sua participação poderá aumentar a proposta original dos Estados Unidos. A MCA poderá alterar de forma significativa as perspectivas de paz, estabilidade e redução da pobreza. Mas será que vai funcionar?

Este trabalho indica que a MCA só funcionará se resolver alguns dilemas importantes relativos à natureza da condicionalidade da ajuda externa e aos termos de referência das organizações de ajuda externa.

TRÊS DÉCADAS DE DECEPÇÃO

Ganhador do Prêmio Nobel por seu trabalho pioneiro sobre capital humano, T. W. Schultz falou o seguinte sobre o tema da ajuda externa:

“Os Estados Unidos há muito colaboram com várias formas de ajuda, mas os aspectos econômicos dessa assistência envolvem muitos problemas. Por que a ajuda fornecida pelo Plano Marshall deu certo

embora tivesse ficado disponível apenas por alguns anos? Por que, desde a Segunda Guerra Mundial, a grande ajuda aos países de baixa renda teve muito menos sucesso? Por que o Programa Ponto Quatro de Ajuda à América Latina (*Point Four Latin American Aid Program*) contribuiu tão pouco para a produtividade na agricultura? Por que as fundações privadas e um grande número de agências doadoras internacionais tiveram tão pouco sucesso quando tentaram melhorar o ambiente econômico e a escolaridade dos agricultores nos países de baixa renda?” (Schultz, 1981, p. 123)

Sua frustração é compreensível. Como esforço sistemático, a ajuda externa resultou do desafio que surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Naturalmente a prioridade número um foi a infra-estrutura (pontes, represas, ferrovias, rodovias e portos), destruída pela guerra na Europa e Ásia. Contudo, as agências especializadas em assistência ao desenvolvimento que foram criadas durante a guerra, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), logo enfrentaram problemas que não se relacionavam com a infra-estrutura. O desafio para as instituições multilaterais financeiras e de desenvolvimento era como fazer com que o desenvolvimento industrial e agrícola avançasse em áreas livres da devastação da guerra. O problema era que essas grandes e bem-intencionadas organizações eram muito lentas no sentido de mudar seu foco para atender às necessidades de seus novos clientes. Elas continuavam a dar prioridade à infra-estrutura naquelas regiões do mundo que tinham níveis relativamente baixos de capital humano, instituições públicas fracas, poucas tradições democráticas e alto grau de ineficiência. Foi essa falta de alinhamento que causou a Schultz tanta frustração e impaciência com relação à ajuda externa.

A luta para colocar o capital humano na agenda das agências de assistência ao desenvolvimento internacional demandou três décadas de argumentação e passou por pelo menos dois estágios distintos. O primeiro estágio exigiu o uso de modelos econômicos populares naquela época, conhecidos como previsão de mão-de-obra. Largamente empregada na União Soviética e em

outras economias planejadas, a técnica media as “lacunas” em níveis de escolaridade de determinados grupos de trabalho como os trabalhadores manuais e os técnicos. Acreditava-se que os investimentos educacionais poderiam ser justificados onde as “lacunas” fossem identificadas. O uso dessa técnica gerou dois problemas. Um era a complexidade em determinar o que os trabalhadores precisavam realmente saber, o que tornava a questão das “necessidades” de mão-de-obra não pertinente. Além disso, as técnicas de previsão de mão-de-obra não incluíam medidas de custos ou benefícios e, como resultado, os programas de ajuda externa das décadas de 1960 e 1970 ficaram profundamente distorcidos. Grande parte da ajuda era limitada à educação vocacional e técnica – a parte mais cara do setor educacional, com habilidades menos procuradas – que consumiu muito do dinheiro destinado à educação naquela época.

O segundo estágio incluiu o uso de modelos de crescimento nacional e a estimativa de custos e lucros da vida profissional de pessoas que haviam concluído diferentes graus de instrução. Com os modelos de crescimento podia-se calcular o quanto uma nação poderia expandir sua economia com base em vários atributos como o tamanho de seu território, a mão-de-obra, o capital e a “qualidade” de sua força de trabalho. Em essência, ficou claro nas décadas de 1960 e 1970 que boa parte do crescimento econômico de uma nação poderia ser atribuída à qualidade de sua força de trabalho, medida pelo desenvolvimento da educação e da saúde.

Pela abordagem dos custos e lucros, era possível estimar as taxas de retorno dos investimentos educacionais, seja da perspectiva individual, seja da perspectiva da sociedade, por comparação com os investimentos em infra-estrutura ou outros usos do capital. Várias generalizações derivaram dessa abordagem: as taxas de retorno dos investimentos em educação eram maiores nos países de baixa renda e eram maiores na educação básica do que em níveis superiores. Esses achados levaram a um consenso a favor de iniciativas de educação básica e saúde pública na década de 1980.

Muita coisa mudou desde que terminou a rivalidade da Guerra Fria, mas uma das alterações mais importantes diz respeito aos fatores que afetam a motivação. A assistência externa não é mais justificada com base na competição entre Oriente e Ocidente, e isso reduziu o compromisso norte-americano. As diminuições na ajuda externa dos Estados Unidos foram criticadas em muitas partes da Europa e da Ásia. Como uma nação que acelerou a

tendência da ajuda externa após a Segunda Guerra Mundial pôde ficar tão preocupada com os interesses próprios?

Mas o que muitos europeus não perceberam é que as reduções na ajuda externa não ficaram limitadas aos Estados Unidos. Dos 21 países doadores localizados na Europa, América do Norte e Ásia, 16 deles haviam reduzido a ajuda externa em proporção ao produto interno bruto (PIB) em meados da década de 1990 (Banco Mundial, 1996, p. 13). Nas nações industrializadas, o público votante está envelhecendo e preocupando-se mais com assuntos como pensões, seguro-saúde e segurança pessoal. Mas também há outras questões relativas à natureza da ajuda externa e sua eficácia.

Muitos perguntam por que devemos continuar a financiar as necessidades dos países pobres quando muitos de seus líderes são corruptos. Faz sentido um agricultor da Suécia ou de Ohio se sacrificar para que um ditador possa usar o Tesouro Nacional como sua conta bancária pessoal? Muitas vezes as nações gastam seu dinheiro em armamentos e desperdiçam a ajuda externa em conflitos supérfluos nos quais os pobres acabam sofrendo. O apoio político à ajuda externa é abalado pelo fato de algumas das nações que passam fome periodicamente estarem entre aquelas que têm mais armamentos, ditadores covardes e registros horríveis sobre violação dos direitos humanos.

Também há questões relativas às próprias agências de assistência ao desenvolvimento. De acordo com um relatório do Congresso dos EUA, há uma sobreposição de funções dessas agências; mais da metade dos projetos fracassaram e com frequência os projetos são direcionados aos países por motivos de vantagem política, e não por princípios econômicos (Comissão Consultiva das Instituições Financeiras Internacionais, 2000).

Por que a ajuda não deu certo? A pesquisa indica que a ajuda falhou porque foi dirigida a países que tinham duas características. Ou eram comparativamente ricos e não precisavam dela ou suas políticas estavam invariavelmente envolvidas em distorções (Dollar e Pritchett, 1998). Onde foi parar todo aquele dinheiro? Segundo algumas estimativas, a ajuda simplesmente foi usada para cobrir as despesas normais, nas quais os governos locais gastariam de qualquer maneira, e os incrementos foram simplesmente deslocados para outras categorias orçamentárias, com baixo impacto sobre a pobreza ou a economia (Shantayanan, 1998). Esses problemas foram tão constantes que muitos acreditam que as agências doadoras internacionais deveriam ser reestruturadas e que a ajuda poderia ser

distribuída por meio de organizações não-governamentais em vez de agências governamentais oficiais. Tal reestruturação pode não ser necessária. É possível aumentar a ajuda e seu impacto econômico e social. É possível que os contribuintes dos Estados Unidos e de outras sociedades industrializadas daqui a dez anos olhem para trás e digam, “Fizemos um bom trabalho. Fizemos a escolha certa.”

POR QUE PRECISAMOS DE UMA MCA

Há três razões fundamentais para a MCA. A primeira é o consenso de que parte da ajuda funcionou extraordinariamente bem e, o que é mais importante, sabemos por quê. O essencial é que uma ajuda não pode ser eficaz sem um sistema geral no qual ela possa funcionar. Isso pode ser resumido em: equilíbrio fiscal, inflação baixa, abertura para os mercados internacionais, direitos de propriedade e instituições públicas fortes com um histórico de pouca corrupção. Atualmente acredita-se que uma nação que não consegue praticar políticas de desenvolvimento efetivas dificilmente fará bom uso da ajuda externa (Burnside e Dollar, 1998).

Fora do quadro da política macroeconômica, também há consenso sobre que tipo de ajuda não funcionaria. A ajuda para infra-estrutura física duplica o que o setor privado pode suprir com mais eficiência e com frequência consiste em projetos ostentosos e prestigiosos. A ajuda em espécie não é muito diferente de uma nação que descarrega seus excedentes (tais como grãos) em outras partes do mundo. Isso inibe os agricultores locais e distorce os incentivos no país doador. A ajuda não pode funcionar direito se gerar distorções no país doador. Por exemplo, do ponto de vista das finanças públicas, é contraproducente para o contribuinte norte-americano subsidiar os preços do amendoim na Geórgia e, ao mesmo tempo, financiar a assistência aos agricultores africanos que não conseguirão exportar por causa dos incentivos internos nos EUA. Igualdade de oportunidades deve ser um conceito universal. Para que a MCA seja eficaz, cada país doador precisará entender que seu compromisso com a ajuda externa também exigirá reformas políticas internas.

A ajuda das fundações algumas vezes serviu a interesses pessoais e privados. Um exemplo é a Fundação Kellogg, cuja carta limitou a assistência aos serviços de extensão agrícola, uma invenção norte-americana que poderia não se transferir efetivamente se não fossem as universidades com concessão de terras públicas e outras fontes de informação técnica (Schultz, 1981, p. 126). A ajuda administrada por agências bilaterais (aquelas cujos

programas são de governo para governo) é frequentemente dirigida a países de importância política que são oprimidos pelo controle excessivo da legislação interna. Muitos parecem concordar: sob essas circunstâncias, não se pode esperar que a ajuda produza impacto a longo prazo.

Terceiro, nós sabemos que tipo de ajuda funciona melhor. Se recebida em nações que têm respaldo econômico e princípios sociais, a ajuda funcionará. Mas seu propósito é igualmente importante. A ajuda pública deve servir para apoiar as funções públicas e os bens públicos, essencialmente nas áreas de educação e saúde pública. Deve apoiar as políticas capazes de resolver os problemas de saúde relativos a doenças infecciosas, comportamento inadequado, práticas sexuais perigosas, fumo e abuso de álcool. No campo da educação, onde os gastos por aluno diferem de um país para outro por um fator de 1:300, um investimento em educação fundamental, particularmente para meninas, e em produtos e serviços simples como livros, gera os maiores retornos econômicos, segundo os dados disponíveis. Também há boas evidências de que um investimento em educação muda o comportamento. Os agricultores fazem escolhas mais inteligentes quando têm um conjunto complexo de alternativas; as famílias fazem escolhas mais inteligentes em termos de tamanho da família, práticas de saúde e opções de investimento.

Assim, a MCA oferece ao mundo uma oportunidade de virar a página no campo da ajuda externa. Oferece a chance de aprender com nossa experiência e representa uma promessa realista de um mundo melhor. Então, quais são os principais desafios da MCA?

QUE OBSTÁCULOS A MCA ENFRENTA?

A MCA tem três dilemas básicos. O primeiro é que não há o compromisso de parar de alocar ajuda externa por causa de benefício interno ou considerações geopolíticas que pouco têm a ver com a pobreza. Os problemas são conhecidos, mas quase não se discute sobre suas ramificações organizacionais. As nações doadoras cessarão de alocar ajuda externa para déspotas políticos de quem necessitam por razões políticas? A comunidade internacional está pronta para racionalizar a atuação do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e bancos de desenvolvimento regionais de modo que suas funções não se sobreponham?

O segundo problema é a tradicional questão dos “ovos e da galinha”. Certamente faz sentido alocar ajuda para países que instituem reformas macroeconômicas. Mas, com frequência, a ajuda

externa não é incentivo suficiente para que os países façam as mudanças políticas e sociais necessárias. O número de países elegíveis para assistência externa sob as regras da MCA poderia ser reduzido a uma pequena porcentagem de países pobres, deixando de fora desse novo programa centenas de milhões de pessoas que mereciam ser ajudadas. Atualmente, a ajuda não consegue resolver o problema da pobreza mundial. As nações que não se qualificarem para a MCA serão ignoradas? Por outro lado, se a ajuda for antecipada com base na necessidade, e não na eficácia, o “risco moral” será incentivado? Os líderes políticos locais se envolverão em comportamentos de risco contando com a ajuda econômica que vai chegar mesmo depois dos seus erros?

O terceiro problema é interno aos setores da educação e da saúde. As agências internacionais gostam de pensar que descobriram o que há de errado no macroambiente e também dentro dos setores da saúde e da educação. Elas propõem fazer com que os países aloquem recursos públicos para a saúde pública, e não para o tratamento curativo; para a educação fundamental, e não para o ensino superior. O problema é que essas recomendações têm um longo histórico de criar suas próprias distorções e falhas de projeto. Com base na opinião de agências internacionais, as falhas de projeto e política são evidentes desde a década de 1960 (Bennell, 1995; Colclough, 1996). A questão é quem é o responsável? Como todos os projetos, mesmo os que usam ajuda externa, têm necessidade de co-financiamento local, quando a falha de um projeto se deve a erros cometidos pela agência de assistência ao desenvolvimento, o país recebe seu dinheiro de volta? Há um tribunal ao qual um país possa apelar caso se considere lesado? Dentro das agências de assistência ao desenvolvimento, quem assume a responsabilidade pelas falhas? Os funcionários seniores são dispensados de suas obrigações quando responsáveis por projetos dispendiosos? Não.

CONCLUSÃO

A solução para o planejamento de uma estratégia setorial eficaz depende de três reformas. Primeiro, as agências de desenvolvimento internacional precisam facilitar o acesso dos países em desenvolvimento aos dados sobre educação e saúde. Atualmente a coleta de dados e os mecanismos de controle de qualidade são profundamente falhos, e isso têm conseqüências negativas para os países em desenvolvimento no longo prazo. A proposta de reingresso dos EUA na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e sua liderança em algumas áreas da educação representam uma excelente oportunidade para que eles ajudem a

orientar o processo com profissionalismo. É verdade que os Estados Unidos têm sérios problemas educacionais, mas também é verdade que alguns subsídios da educação norte-americana são de grande valia para o mundo. Um exemplo é o modo como o sistema educacional norte-americano incorpora interesses étnicos diversos (por meio de conselhos escolares e outros mecanismos de formação de consenso) em um consenso sobre o que se deve ensinar ao jovem. Obviamente alguns dos novos recursos da MCA precisam ser alocados para ajudar os países pobres a melhorar o nível de qualidade da educação e da saúde pública.

Segundo, as nações precisam decidir por si mesmas em que tipos de projetos educacionais e de saúde pública desejam investir, e suas escolhas não devem ser determinadas pela fonte do financiamento (Alexander, 2001). Pesquisa básica, educação superior em nível de doutorado, produtos farmacêuticos novos, educação gratuita e assistência médica gratuita são usos legítimos para a ajuda externa. Se uma nação tem coragem e perspicácia para colocar sua macroeconomia em ordem e garantir instituições públicas democráticas, ela não deve ser excessivamente controlada quanto ao fato de investir ou não em uma universidade. Isso exige uma mudança de postura das agências internacionais que estabelecem a condicionalidade do setor para a ajuda nas áreas de educação e saúde pública. Mas será que as agências de assistência ao desenvolvimento internacional se absterão de estabelecer condições para as políticas setoriais quando estabelecem condições mais rígidas para a política macroeconômica?

Muitas das distorções (isto é, dos erros) produzidas pelas agências de assistência ao desenvolvimento nas áreas da saúde e educação decorrem do fato de que existe um monopólio operando nessa área. Os recursos para conduzir a análise (para decidir a política do setor) e os recursos para financiar os projetos de desenvolvimento estão situados dentro da mesma organização. Não há um defensor público disponível para os países pobres. Eles não têm uma representação analítica equivalente para se opor ao que parece (pelo menos a princípio) ser uma ciência social coerciva. Como resultado, os países pobres não podem decidir suas próprias estratégias da forma adequada, ficam vulneráveis e têm de aceitar princípios com os quais não concordam e que a agência de assistência ao desenvolvimento pode, de fato, alterar.

Por outro lado, há três maneiras pelas quais esse monopólio sobre a política e o programa pode ser resolvido de forma efetiva:

- transferindo recursos a fim de fazer análises de políticas para os países em desenvolvimento e permitindo que eles decidam o que querem analisar e quem deve realizar as análises (por meio de concorrências);
- fazendo com que o Banco Mundial continue a patrocinar análises políticas, mas que as decisões operacionais sobre os recursos dos projetos sejam tomadas pelos bancos de desenvolvimento regionais; e
- fazendo com que a política educacional e de saúde seja planejada pelas agências das Nações Unidas (como a Unesco e a Organização Mundial da Saúde), e não pelas agências que fornecem financiamento.

Terceiro, retirar-se do campo da condicionalidade do setor não significa que a comunidade internacional não tenha legitimidade para questionar sobre o objetivo da educação. Ao permitir o fluxo de dinheiro novo na educação para desenvolvimento internacional, a comunidade doadora deve estar ciente de que escolas e sistemas de ensino podem ser usados tanto para propósitos bons quanto maus. Uma nação não deve mais aceitar patrocinar um sistema de ensino que exacerbe a tensão social interna e ameace a segurança política internacional. Devemos reconhecer que, como fonte de tensão internacional, os currículos sediciosos são tão problemáticos quanto as políticas que geram ondas súbitas de refugiados, genocídio e escravidão humana. As agências internacionais assumiram a responsabilidade de monitorar tendências, julgar reivindicações e recomendar soluções para essas outras questões. Talvez por meio da Civitas e outras autoridades internacionais de educação cívica, as agências internacionais precisam assumir a responsabilidade pelo perigo que a educação extremista representa para a coesão social.

É verdade que as preocupações com o capital humano tradicionalmente se concentraram nas questões das habilidades e tecnologias medidas pelas alterações na produtividade marginal. Mas é preciso lembrar que o primeiro objetivo da educação pública

é o da coesão social e, portanto, o sucesso dessa nova iniciativa da MCA dependerá não de melhores notas em ciência e matemática, mas da melhor compreensão dos pré-requisitos para um mundo estável e pacífico. As organizações internacionais são capazes de implementar esses objetivos não testados, porém legítimos, de ajuda externa? Não, se não fizerem as alterações sugeridas aqui.

Alexander, Nancy C. "Paying for Education: How the World Bank and the International Monetary Fund Influence Education in Developing Countries." *Peabody Journal of Education*, Nos. 3 e 4, 2001, pp. 285 - 339.

Bennell, Paul. "Using and Abusing Rates of Return: A Critique of the World Bank's 1995 Education Sector Review." *International Journal of Education Development*, No. 16, 1996, pp. 235 - 48.

Burnside, Craig e David Dollar. *Aid, The Incentive Regime and Poverty Reduction*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1998.

Colclough, Christopher. "Education and the Market: Which Parts of the Neo-liberal Solution Are Correct." *World Development*, No. 24, 1996, pp. 589 - 610.

Dollar, David e Lant Pritchett. *Assessing Aid: What Works and What Doesn't and Why*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1998.

Comissão Consultiva das Instituições Financeiras Internacionais. *The Meltzer Commission Report*. Washington D.C.: Gráfica do Governo dos EUA, 2000.

Schultz, T.W. *Investing In People: The Economics of Population Quality*. Berkeley, CA: Gráfica da Universidade da Califórnia, 1981.

Shantayanan, Swaroop. *The Implications of Foreign Aid Fungibility for Development Assistance*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1998.

Banco Mundial. *Global Economic Prospects and the Developing Countries*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1996.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos.

FATOS E NÚMEROS

□ IMPLEMENTAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA DO GOVERNO DOS EUA

5 de fevereiro de 2003

IMPLEMENTAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

HISTÓRICO

Este documento de referência descreve a idéia do governo para implementação da Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account - MCA). Conforme determinação do presidente, a MCA será estabelecida como uma nova agência governamental supervisionada por um Conselho de Administração composto por representantes dos ministérios e dirigido por um diretor executivo nomeado pelo presidente e confirmado pelo Senado.

A MCA representa uma nova abordagem que visa disponibilizar e prestar assistência ao desenvolvimento. O processo de seleção dos países que serão beneficiados pela MCA baseia-se em uma recente pesquisa que enfatiza o papel das políticas e instituições de um país em seu desenvolvimento¹. Do mesmo modo, a implementação dos programas da MCA reconhecerá a necessidade de adesão do país, supervisão financeira e responsabilidade pelos resultados a fim de assegurar que a assistência ao desenvolvimento seja eficaz. Esses princípios serão incorporados nos contratos entre a Corporação MCA e os países beneficiários.

FOCO NO CRESCIMENTO

O objetivo da MCA é reduzir a pobreza impulsionando de forma significativa a trajetória de crescimento econômico dos países beneficiários. Isso requer ênfase em investimentos que elevem o potencial produtivo de cidadãos e empresas de um país e que ajudem a integrar sua economia nos mercados globais de produtos e de capitais. As principais áreas envolvidas são:

- desenvolvimento agrícola;
- educação;
- desenvolvimento do setor privado e empresarial;
- governança;
- saúde;

- capacitação nas áreas comercial e de investimentos.

PARCERIAS GENUÍNAS

A MCA sinalizará um novo relacionamento entre doadores e beneficiários. A implementação será baseada em uma parceria genuína entre os Estados Unidos e o país beneficiário. Os programas da MCA serão implementados por organizações não-governamentais e pelo setor privado, além das agências do setor público, e a MCA se esforçará para conseguir, nos países beneficiários, uma ampla coalizão a respeito dos investimentos em desenvolvimento. O programa da MCA para o país beneficiário deverá refletir um processo consultivo aberto, que integre os interesses oficiais com os do setor privado, da sociedade civil e de outros parceiros doadores, trazendo uma perspectiva inclusiva às discussões entre o país e a MCA. Ao formular o contrato da MCA, presumiremos que o país beneficiário levará em conta o seu Documento de Estratégia para Redução da Pobreza (PRSP) ou outros planos de desenvolvimento.

O país beneficiário será responsável por:

- garantir o envolvimento direto do setor privado e da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação do contrato com a MCA;
- gerenciar a coordenação entre a MCA e outros doadores a fim de maximizar o impacto sobre o desenvolvimento e evitar a sobreposição ou a duplicação de esforços;
- assegurar um processo aberto e não tendencioso que identifique as atividades mais promissoras para a realização dos objetivos da MCA;
- tornar públicas as condições do contrato, deixando claro que os responsáveis no país terão de prestar contas para a sociedade e a MCA; e
- monitorar e avaliar as atividades necessárias para a consecução dos padrões de desempenho e objetivos estabelecidos no contrato com a MCA.

O governo dos EUA será responsável por:

- prestar assistência técnica de modo a ajudar os países a estabelecer dados de referência confiáveis e capacitá-los a coletar dados no futuro, além de

reforçar o gerenciamento das despesas públicas e a responsabilidade financeira;

- distribuir verbas da maneira mais eficiente para aqueles que implementarão as atividades da MCA; e
- monitorar os indicadores de desempenho do contrato com a MCA e avaliar o progresso em relação às metas estabelecidas.

CONTRATOS DA MCA

Cada país negociará e firmará um contrato com a Corporação MCA, o qual se tornará público. Assim como um plano de negócio, o contrato deverá focar os objetivos principais e como esses objetivos serão alcançados. Cada contrato incluirá os seguintes componentes:

- um número limitado de objetivos claros e mensuráveis;
- um cronograma específico dentro do qual os objetivos deverão ser atingidos;
- as atividades específicas e etapas intermediárias que serão necessárias para a consecução desses objetivos;
- indicadores de desempenho concretos e mensuráveis que serão utilizados para avaliar o progresso em relação às metas;
- informações de referência a serem utilizadas para medição do progresso ou uma estratégia para coletar esses dados quando eles estiverem faltando;
- referenciais específicos para medir o progresso e as melhorias na elaboração de orçamentos, no rastreamento de despesas e na supervisão financeira (como auditoria, transparência etc.);
- mecanismos para manter as metas atingidas após o término do contrato com a MCA; e
- condições em que o contrato será rescindido ou alterado.

AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DO CONTRATO

A simples seleção de um país para a MCA não garantirá o repasse automático de verbas para todos os aspectos do contrato proposto para o país. As propostas de contrato serão avaliadas por:

- equipes setoriais compostas por funcionários do governo dos EUA e, quando apropriado, por especialistas do exterior; e

- uma equipe nacional composta por funcionários do governo dos EUA e, quando apropriado, por especialistas do exterior.

A MCA fará todo o possível para ajudar os países selecionados a obter a assistência técnica necessária a fim de assegurar que suas propostas de contrato atendam aos rígidos padrões analíticos necessários para estabelecer a viabilidade de suas estratégias e assegurar sua implementação efetiva. O Conselho de Administração da MCA dará a aprovação final.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A fim de assegurar a responsabilização pelos resultados, toda atividade na qual serão aplicadas as verbas da MCA deverá ser monitorada e avaliada. O monitoramento e a avaliação serão conduzidos pela estrutura administrativa da MCA e/ou por terceiros contratados. Para facilitar o monitoramento, é essencial que nenhum contrato seja assinado enquanto não incluir os dados de referência com base nos quais o progresso será medido ou, na sua falta, uma estratégia clara para coleta desses dados antes do início das atividades. Além disso, todo contrato deverá especificar os indicadores de desempenho usuais para avaliação do progresso e sugestões de ações corretivas a serem implementadas para manter o programa no rumo certo. Todas as avaliações, bem como as condições do contrato, deverão ser tornadas públicas nos Estados Unidos e no país beneficiário.

Vários tipos de atividades serão monitorados:

- responsabilidade financeira/prestação de contas;
- auditoria para assegurar que os dados relatados pelos países beneficiários sejam precisos e completos;
- dados do orçamento geral para demonstrar claramente que os governos beneficiados estão usando os recursos da MCA em complementação aos seus próprios recursos e outros, tendo em vista as prioridades e os resultados em termos de desenvolvimento;
- indicadores de desempenho específicos para medir o progresso em relação aos objetivos do programa; e
- determinação do país em manter os critérios de seleção da MCA.

O monitoramento deverá ser conduzido por:

- profissionais autônomos com especialização em auditoria profissional e/ou a Corporação MCA para

avaliação da responsabilidade financeira, precisão dos dados, alocações orçamentárias do país e referenciais específicos; e

- o Conselho de Administração da MCA para avaliação da conformidade com os critérios de seleção.

PRAZO E SUSTENTABILIDADE

Os contratos da MCA financiarão atividades por um prazo limitado e fornecerão uma revisão no médio prazo. Poderá haver “cláusulas de incentivo” no contrato para estimular um melhor desempenho.

Todas as atividades iniciadas sob o contrato com a MCA terão de ser sustentáveis depois de terminado o prazo do contrato. Os beneficiários terão de explicar claramente como os recursos para custos recorrentes, se necessários, serão providenciados.

RESCISÃO

Os programas continuarão a receber verbas, sujeitas à apropriação pelo Congresso, conforme estipulado no contrato entre o país e a MCA, a menos que não consigam atender às condições de desempenho especificadas em contrato. As verbas destinadas a

todo o contrato ou parte dele poderão ser gradualmente reduzidas ou suspensas se:

- não forem atendidos os padrões financeiros esperados/a prestação de contas; ou
- não forem atingidos os padrões de desempenho específicos.

A participação do país na MCA poderá ser anulada se:

- o país não atender aos critérios de qualificação, apresentando uma deterioração absoluta no ambiente político no que diz respeito a governar com justiça, investir nas pessoas ou promover a liberdade econômica; ou
- houver alterações relevantes em condições que afetem as perspectivas de desenvolvimento (por exemplo, golpes militares).

1. Ver 25 de novembro de 2002, White House Fact Sheet, The Millennium Challenge Account

□ CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

INFORMATIVO DA CASA BRANCA

25 de novembro de 2002

CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

"Devemos vincular maior assistência às reformas políticas, legais e econômicas. Ao insistir nas reformas, praticamos a compaixão. Os Estados Unidos irão liderar pelo exemplo. Propus, no orçamento, elevar em 50% nossa assistência principal ao desenvolvimento, ao longo dos próximos três anos. No futuro, isto resultará em um aumento anual de US\$ 5 bilhões em relação aos níveis atuais.

Esses novos fundos irão para a Conta do Desafio do Milênio, destinada a projetos em nações que governam com justiça, investem em seu próprio povo e incentivam a liberdade econômica."

**-- Presidente George W. Bush
Monterrey, México, 22 de março de 2002**

HISTÓRICO

Ao discursar no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 14 de março de 2002, o presidente Bush propôs "um novo pacto para o desenvolvimento global, caracterizado por maior exigência de prestação de contas tanto das nações ricas como das pobres. Maiores contribuições das nações desenvolvidas devem estar vinculadas à maior responsabilidade das nações em desenvolvimento". O presidente prometeu que os Estados Unidos liderariam pelo exemplo e elevariam a ajuda principal ao desenvolvimento ao longo dos próximos três anos, o que resultaria em um aumento anual de US\$ 5 bilhões no ano fiscal de 2006. Esses novos fundos irão para a nova Conta do Desafio do Milênio. Como políticas sólidas são condição essencial para o desenvolvimento, o presidente anunciou que a Conta do Desafio do Milênio (MCA) será "destinada a projetos em nações que governam com justiça, investem em seu próprio povo e incentivam a liberdade econômica".

ADMINISTRAÇÃO

A MCA será administrada por uma nova agência governamental concebida para apoiar estratégias inovadoras e assegurar a prestação de contas de resultados mensuráveis.

- A agência será supervisionada por um Conselho de Administração composto por autoridades de nível ministerial. O secretário de Estado será o presidente do Conselho.
- O CEO (diretor executivo) da nova agência, denominada Corporação Desafio do Milênio, será nomeado pelo presidente e confirmado pelo Senado.
- Os funcionários serão provenientes de uma variedade de agências governamentais e não-governamentais e permanecerão no cargo por tempo limitado.
- A Corporação será concebida de forma a utilizar ao máximo autorizações flexíveis, visando otimizar a eficiência na contratação, na implementação do programa e em relação aos funcionários.

ELEGIBILIDADE DOS PAÍSES

No decorrer dos próximos três anos, haverá um aumento dos recursos para a MCA, chegando a US\$ 5 bilhões por ano no ano fiscal de 2006. O número de países qualificados a concorrer aos recursos também se elevará no decorrer desse período. Especificando:

- No ano fiscal de 2004, primeiro ano de operação da MCA, serão considerados os países qualificados a fazer um empréstimo na Associação Internacional de Desenvolvimento-AID (International Development Association-IDA) e cuja renda per capita seja inferior a US\$ 1.435, (o teto histórico da AID).
- No ano fiscal de 2005, serão considerados todos os países com renda per capita inferior a US\$ 1.435.
- No ano fiscal de 2006, serão elegíveis todos os países com renda per capita até US\$ 2.975 (o teto atual do Banco Mundial para países com renda per capita abaixo da média).
- A elegibilidade dos países será analisada pelo Conselho.
- Os países proibidos de receberem ajuda pelas restrições estatutárias atuais não serão elegíveis.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Conforme instrução do presidente Bush, em seu discurso de 14 de março, os países devem ser identificados com base em "um conjunto de critérios claros, concretos e objetivos" que devem ser

aplicados "de forma rigorosa e justa". O presidente declarou que a Conta do Desafio do Milênio irá "recompensar as nações que erradicam a corrupção, respeitam os direitos humanos e aderem ao Estado de Direito... investem em melhor assistência médica, melhores escolas e incrementam a vacinação... [e] têm mercados mais abertos e políticas orçamentárias sustentáveis, nações em que o povo pode abrir e operar um pequeno negócio sem ter de sofrer as mazelas da burocracia e do suborno".

Os 16 indicadores a seguir (com suas fontes), escolhidos devido à relativa qualidade e objetividade de seus dados, à sua abrangência dos países, à acessibilidade pública e à correlação entre crescimento e redução da pobreza, serão usados para avaliar o desempenho do país quanto a governar com justiça, investir em seu povo e incentivar a liberdade econômica.

Governar com justiça:

- liberdades civis (Freedom House)
- direitos políticos (Freedom House)
- voz e responsabilidade (Instituto do Banco Mundial)
- eficiência do governo (Instituto do Banco Mundial)
- Estado de Direito (Instituto do Banco Mundial)
- controle da corrupção (Instituto do Banco Mundial)

Investir no povo:

- porcentagem do PIB gasta com educação pública fundamental (Banco Mundial/fontes nacionais)
- índice de conclusão de educação fundamental (Banco Mundial/fontes nacionais)
- porcentagem do PIB destinada a gastos públicos com a saúde (Banco Mundial/fontes nacionais)
- índices de vacinação: DPT (difteria, coqueluche e tétano) e sarampo (Banco Mundial/ONU/fontes nacionais)

Promoção da liberdade econômica:

- classificação de crédito do país (Revista Institutional Investor)
- inflação (FMI)
- déficit orçamentário de 3 anos (FMI/fontes nacionais)
- políticas comerciais (Fundação Heritage)
- regulamentação da qualidade (Instituto do Banco Mundial)
- dias necessários para se iniciar um negócio (Banco Mundial)

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores serão usados para identificar os países com melhor desempenho. Como uma classificação definida pela soma dos resultados dos 16 indicadores,

sem exigência de desempenho mínimo por área, poderia permitir que um desempenho excepcional em algumas áreas tivesse peso maior do que um desempenho insuficiente em outras, os países se qualificarão como países com melhor desempenho somente se demonstrarem comprometimento com as três áreas da política. Conseqüentemente:

- para qualificar-se como país com melhor desempenho, o país terá de obter pontuação acima da média na metade dos indicadores em cada uma das três áreas da política.
- Como a pontuação tem correlação com a renda, concorrerão separadamente os países com renda abaixo de US\$ 1.435 e aqueles com renda entre US\$ 1.435 e US\$ 2.975.
- Essa metodologia:
 - assegura o compromisso dos países com as três áreas da política.
 - permite aos países identificar com precisão áreas em que precisam melhorar; e
 - limita o preconceito contra os países de baixa renda.
- A MCA destina-se a colocar à disposição dos países recursos novos e substanciais para financiamentos. Devido a esse compromisso, e à ligação entre responsabilidade financeira e sucesso, os países que não estiverem acima da média nos indicadores de corrupção serão inelegíveis, caso não haja mudança importante em suas condições.

SELEÇÃO FINAL

A qualificação como país com melhor desempenho não garante a ajuda da MCA. Poderá haver lacunas ou defasagens nos dados, bem como tendências não refletidas nesses dados, que podem ser relevantes na avaliação de desempenho. O Conselho de Administração da MCA fará uma recomendação final ao presidente. Ao fazê-la, o Conselho:

- guiar-se-á pelo desempenho do país nos indicadores;
- poderá levar em conta lacunas, defasagens, tendências ou outras informações relevantes, inclusive sobre liderança, relacionadas com crescimento econômico e redução da pobreza; e

serão incentivados a identificar um pequeno número de países, que por pouco não entraram na lista dos países com melhor desempenho, para um apoio de transição especial. Poderá ser-lhes concedida ajuda regular para o desenvolvimento a fim de melhorar suas chances nas disputas futuras.

□ ATUALIZAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

INFORMATIVO DA AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL **3 de junho de 2002**

ATUALIZAÇÃO DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

Em 14 de março de 2002, o presidente Bush anunciou que os Estados Unidos aumentarão em 50% os recursos de sua ajuda principal aos países em desenvolvimento nos próximos 3 anos, resultando em um aumento anual de US\$ 5 bilhões acima do nível atual até o ano fiscal de 2006. Essa diferença nos fundos de assistência irá para a nova Conta do Desafio do Milênio (Millennium Challenge Account - MCA), que financia iniciativas para promover as economias e melhorar os padrões de vida de países em desenvolvimento qualificados. A meta da MCA é recompensar decisões de políticas sólidas, que apóiam o crescimento econômico e reduzem a pobreza.

O presidente instruiu o secretário de Estado e o secretário do Tesouro para a criação de um conjunto de critérios claros, concretos e objetivos destinados a avaliar o progresso. Para ajudar nesse processo, o governo está sensibilizando outros países doadores em potencial, países em desenvolvimento, organizações não-governamentais (ONGs), universidades e centros de estudos, setor privado e outras partes interessadas.

AJUDA VINCULADA A POLÍTICAS SÓLIDAS

A MCA reconhece que a assistência ao desenvolvimento econômico somente poderá ter sucesso se vinculada a políticas sólidas nos países em desenvolvimento. Onde há políticas sólidas, cada dólar de ajuda atrai dois dólares de capital privado. Em países onde predomina uma política pública deficiente, a assistência pode prejudicar os mesmos cidadãos que deveriam se beneficiar dela – afugentando investimentos privados e perpetuando as políticas deficientes.

Os recursos da Conta do Desafio do Milênio serão distribuídos aos países em desenvolvimento que demonstrarem sólido compromisso em relação a:

- **Boa governança.** Erradicar a corrupção, defender os direitos humanos e respeitar o Estado de Direito são condições essenciais para um desenvolvimento bem-sucedido.
- **Saúde e educação para os cidadãos.** Investimentos em educação, serviços de saúde e programas de vacinação preparam cidadãos saudáveis e instruídos, que se tornam agentes do desenvolvimento.
- **Políticas econômicas sólidas que fomentem a iniciativa e o empreendedorismo.** A presença de mais mercados abertos, políticas orçamentárias sustentáveis e forte apoio ao empreendedorismo individual promovem as iniciativas e a criatividade para o crescimento duradouro e a prosperidade.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

Para assegurar que os recursos da Conta do Desafio do Milênio promovam crescimento e reduzam a pobreza nas nações em desenvolvimento, os fundos serão distribuídos de acordo com os seguintes princípios norteadores:

- A seleção dos países estará ligada ao potencial para crescimento econômico e redução da pobreza. Todos os países selecionados terão de demonstrar seu compromisso com políticas sólidas nas áreas acima mencionadas.
- Os fundos serão distribuídos na forma de subvenções. Quando apropriado, os programas patrocinados por essa conta serão coordenados junto com projetos já existentes, proporcionando acesso a outros fluxos de recursos, tanto do país beneficiário quanto dos outros doadores pertencentes a entidades privadas, bilaterais e multilaterais.
- Os países candidatos à qualificação serão encorajados a engajar-se conosco ativamente na formulação dos usos dos recursos da MCA por meio de processo participativo, envolvendo funcionários locais e federais selecionados, sociedade civil e parceiros do desenvolvimento.
- As prioridades do desenvolvimento, necessidades de investimento e crescimento potencial dos países selecionados determinarão como os recursos serão alocados.

- Sempre que possível, a Conta do Desafio do Milênio procurará ampliar as parcerias de desenvolvimento pela inclusão de novos parceiros, como empresas do setor privado, governos locais e nacionais, universidades norte-americanas e locais, fundações e organizações não-governamentais (ONGs) locais e internacionais.
- A capacitação para o desenvolvimento de dados de qualidade e a contínua monitoração do desempenho do país e do projeto constituirão um componente importante da MCA e serão incorporadas em sua implementação.

O COMPROMISSO DO GOVERNO COM O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Na esfera mundial, os Estados Unidos são o maior país doador bilateral aos países em desenvolvimento. Enquanto muitos doadores fornecem assistência econômica, os Estados Unidos fornecem recursos, tanto para fortalecer a segurança quanto para fomentar o crescimento econômico. O Congresso destinou US\$ 17,1 bilhões para apoiar essas atividades no ano fiscal de 2002.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Os Estados Unidos são líder mundial em assistência humanitária e ajuda alimentar, tendo fornecido mais de US\$ 2,5 bilhões em 2001.
- Os Estados Unidos são o principal importador de produtos dos países em desenvolvimento, tendo importado US\$ 449 bilhões em 2001, oito vezes o total de recursos doados aos países em desenvolvimento pela Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD).

- Os Estados Unidos são a maior fonte de capital privado dos países em desenvolvimento, uma média anual de US\$ 36 bilhões entre 1997 e 2000.
 - Os Estados Unidos são o líder mundial em doações aos países em desenvolvimento – US\$ 4 bilhões em 2000.
 - Os Estados Unidos são o maior provedor da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD), registrando US\$ 11 bilhões em 2001. Espera-se que a AOD cresça substancialmente de 2001 a 2003 em setores de fundamental importância:
 - HIV/Aids – 54%
 - Educação Básica – 50%
 - Comércio e Investimentos – 38%
 - Agricultura – 38 %
 - Estima-se que a principal conta da Usaid, denominada “Assistência ao Desenvolvimento”, registrará um crescimento de 22% no total, de 2001 a 2003, com significativos resultados em regiões muito importantes:
 - África – 30%
 - Ásia e Oriente Próximo – 39%
 - América Latina e Caribe – 29%
 - Os Estados Unidos são o maior país doador aos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs). A proposta orçamentária do governo para os BMDs no ano fiscal de 2003 totaliza mais de US\$ 1,4 bilhão e inclui aumentos significativos nas contribuições dos Estados Unidos à Associação Internacional de Desenvolvimento e ao Fundo Africano de Desenvolvimento.
- A MCA irá complementar, não substituir, esses esforços existentes.

RECURSOS PARA INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS E SITES

GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
<http://www.mca.gov>

CASA BRANCA
<http://www.whitehouse.gov/infocus/developingnations/>

LINKS DOS INDICADORES DA MCA

FREEDOM HOUSE

Indicadores: liberdades civis, direitos políticos
<http://www.freedomhouse.org/ratings/index.htm>

INSTITUTO DO BANCO MUNDIAL

Indicadores: voz e responsabilidade, eficiência do governo, Estado de Direito, controle da corrupção, qualidade da regulamentação
<http://www.worldbank.org/wbi/governance/mca.htm>
<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pdf/2001kkzcharts.xls>

FUNDAÇÃO HERITAGE

Indicador: política comercial
<http://www.heritage.org/research/features/index/>

REVISTA INSTITUTIONAL INVESTOR

Indicador: classificação de crédito do país
SERVIÇO DO ASSINANTE:
<http://www.institutionalinvestor.com/platinum/>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Indicadores: inflação, déficit orçamentário de 3 anos
Serviço do assinante da publicação International Financial Statistics:
<http://ifs.apdi.net/imf/about.asp>

BANCO MUNDIAL

Indicador: dias necessários para se iniciar um negócio
<http://rru.worldbank.org/DoingBusiness/TopicReports/EntryRegulations.aspx>

MATERIAL DE REFERÊNCIA SOBRE A CONTA DO DESAFIO DO MILÊNIO

Aossey, Nancy A. e Mary E. McClymont. *The Millennium Challenge Account: A Policy Paper from InterAction (Conta do Desafio do Milênio: um Trabalho da InterAction sobre Políticas)*. Washington, D.C.: InterAction, 24 de maio de 2002.

Birdsall, Nancy, Ruth Levine, Sarah Lucas e Sonal Shah. *On Eligibility Criteria for the Millennium Challenge Account (Critérios de Elegibilidade para a Conta do Desafio do Milênio)*. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, 12 de setembro de 2002.

Bush, George W. *President Proposes \$5 Billion Plan to Help Developing Nations (Presidente Propõe Plano de US\$ 5 Bilhões para Ajudar Nações em Desenvolvimento)*. Pronunciamento do presidente sobre desenvolvimento global. Washington, D.C.: 14 de março de 2002.

Bush, George W. *President Outlines U.S. Plan to Help World's Poor (Presidente Descreve Plano dos EUA para Ajudar os Pobres do Mundo)*. Pronunciamento do presidente na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento). Monterrey, México, 22 de março de 2002.

Conselho Empresarial para o Entendimento Internacional (BCIU). *Business Recommendations for Administering the Millennium Challenge Account (Recomendações Empresariais para a Administração da Conta do Desafio do Milênio)*. Nova York: BCIU, 18 de novembro de 2002.

Catholic Relief Services – CRS (Serviços Católicos de Assistência). *Improving Development Effectiveness: Recommendations for the Millennium Challenge Account (Como aumentar a Eficácia do Desenvolvimento: Recomendações para a Conta do Desafio do Milênio)*. Baltimore, Maryland: CRS, 24 de junho de 2002.

Clemens, Michael e Steven Radelet. *The Millennium Challenge Account: How Much is Too Much, How Long is Too Long? (Conta do Desafio do Milênio: Que Quantia é Demais, Quanto Tempo*

é Demorado Demais?). Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, fevereiro de 2003.

Fundação Heritage e Dow Jones & Company, Inc. *The 2003 Index of Economic Freedom (Índice de Liberdade Econômica 2003)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage e Dow Jones & Company, Inc., 2003.

Kaufmann, Daniel e Aart Kraay. *Governance Indicators, Aid Allocation, and the Millennium Challenge Account (Indicadores de Governança, Alocação de Ajuda e a Conta do Desafio do Milênio)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, dezembro de 2002.

Lancaster, Carol. *The Devil is in the Details: From the Millennium Challenge Account to the Millennium Challenge Corporation (O Problema Está nos Detalhes: da Conta do Desafio do Milênio à Corporação Desafio do Milênio)*. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, 12 de dezembro de 2002.

Larson, Alan. *The Millennium Challenge Account (Conta do Desafio do Milênio)*. Declaração do subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Comerciais e Agrícolas perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Washington, D.C., 4 de março de 2003.

Lerrick, Adam. *Real Relief for the World's Poor: The Millennium Challenge Corporation (Alívio Real para os Pobres do Mundo: a Corporação Desafio do Milênio)*. Pittsburgh, Pensilvânia: Centro Gailliot de Política Pública, Universidade Carnegie Mellon, fevereiro de 2003.

MacCormack, Charles. *How U.S. Charities View President Bush's New Development Assistance Proposal (Como as Entidades Filantrópicas dos EUA Vêem a Nova Proposta do Presidente Bush de Assistência ao Desenvolvimento)*. Depoimento do presidente e diretor executivo da Save the Children (Salvem as Crianças) perante a Comissão de Relações Internacionais da Câmara. Washington, D.C.: Save the Children, 6 de março de 2003.

McClymont, Mary. *The Millennium Challenge Account: A New Way to Aid (Conta do Desafio do Milênio: um Novo Modo de Ajudar)*. Depoimento do presidente e diretor executivo da InterAction perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Washington, D.C.: Interaction, 4 de março de 2003.

Natsios, Andrew S. *Challenging Orthodoxy: Changing Perspectives on Development (Desafiando a Ortodoxia: Mudança de Perspectivas sobre o Desenvolvimento)*. Depoimento do administrador da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional. Londres, 21 de outubro de 2002.

Natsios, Andrew S. *Millennium Challenge Account (Conta do Desafio do Milênio)*. Depoimento do administrador da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Washington, D.C., 4 de março de 2003.

Nowels, Larry. *The Millennium Challenge Account: Congressional Consideration of a New Foreign Aid Initiative (Conta do Desafio do Milênio: Análise do Congresso de uma Nova Iniciativa para Ajuda Externa)*. Washington D.C.: Serviço de Pesquisa do Congresso, 3 de janeiro de 2003.

Open Society Institute – OSI (Instituto Sociedade Aberta). *Forging a Bipartisan Approach to the MCA Initiative (Construção de uma Abordagem Bipartidária da Iniciativa MCA)*. Washington, D.C.: OSI, 18 de fevereiro de 2003.

Pasicolan, Paolo. *The Millennium Challenge Account: Creating Effective Development Assistance (Conta do Desafio do Milênio: Criação de Assistência Eficaz ao Desenvolvimento)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage, 2002.

Pasicolan, Paolo e Sara J. Fitzgerald. *The Millennium Challenge Account: Linking Aid With Economic Freedom (Conta do Desafio do Milênio: Vinculação de Ajuda à Liberdade Econômica)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage, 17 de outubro de 2002.

Radelet, Steven. *The Millennium Challenge Account (Conta do Desafio do Milênio)*. Depoimento perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, 4 de março de 2002.

Radelet, Steven. *Qualifying for the Millennium Challenge Account (Como Qualificar-se para a Conta do Desafio do Milênio)*. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, 13 de dezembro de 2002.

Radelet, Steven. "Will the Millennium Challenge Account Be Different?" (A Conta do Desafio do Milênio Será Diferente?). *Washington Quarterly*, 2^o trimestre de 2003.

Schaefer, Brett D. *The Millennium Challenge Account: An Opportunity to Advance Development in Poor Nations (Conta do Desafio do Milênio: Oportunidade para Promover o Desenvolvimento das Nações Pobres)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage, 12 de julho de 2002.

Schaefer, Brett D. e Aaron Schavey. *America's International Development Agenda (Agenda dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage, 6 de maio de 2002.

Shapiro, Isaac e David Weiner. "Still Not Enough Aid" (Ajuda Ainda Insuficiente). *Challenge*, 1^o de julho de 2002.

Shapiro, Isaac e Nancy Birdsall. *How Does the Proposed Level of Foreign Economic Aid Under the Bush Budget Compare with Historical Levels? And What Would Be the Effects of Bush's New "Millennium Challenge Account"? (Quais são as Diferenças entre o Nível de Ajuda Econômica Externa Proposto no Orçamento de Bush e os Níveis Históricos? E Quais Seriam os Efeitos da Nova "Conta do Desafio do Milênio" de Bush?)*. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global e Centro de Prioridades Orçamentárias e Políticas, 20 de março de 2002.

Taylor, John B. *Millennium Challenge Account (Conta do Desafio do Milênio)*. Depoimento do subsecretário do Tesouro para Assuntos Internacionais perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Washington, D.C., 4 de março de 2003.

QUESTÕES DE DESENVOLVIMENTO

Collier, Paul e David Dollar. *Globalization, Growth, and Poverty: Building an Inclusive World Economy (Globalização, Crescimento e Pobreza: a Construção de uma Economia Mundial Inclusiva)*.

Nova York, Nova York: Banco Mundial e Oxford University Press, 2002.

Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). *U.S. Development Co-operation Review: Main Findings and Recommendations (Análise da Cooperação dos EUA para o Desenvolvimento: Principais Conclusões e Recomendações)*. Paris: OCDE, 19 de novembro de 2002.

Dobriansky, Paula J. *The Progress and the Promise of the World Summit on Sustainable Development (O Progresso e as Promessas da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável)*. Washington, D.C.: Fundação Heritage, 4 de outubro de 2002.

Dollar, David e Aart Kraay. *Trade, Growth, and Poverty (Comércio, Crescimento e Pobreza)*. Washington, D.C.: Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento, Banco Mundial, junho de 2001.

Dollar, David e Aart Kraay. *Growth Is Good for the Poor (Crescimento é Bom para os Pobres)*. Washington, D.C.: Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento, Banco Mundial, abril de 2001.

Dollar, David Dollar e Lant Pritchett. *Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why (Avaliação da Ajuda: o Que Funciona, o Que não Funciona e Por Qué)*. Nova York, Nova York: Banco Mundial e Oxford University Press.

Easterly, William. *The Cartel of Good Intentions: Markets vs. Bureaucracy in Foreign Aid (O Cartel das Boas Intenções: Mercados versus Burocracia na Ajuda Externa)*. Washington, D.C.: Centro de Desenvolvimento Global, março de 2002 (revisado em abril de 2002.)

Heyneman, Stephen P. "Economic Development and the International Trade in Education Reform" (O Desenvolvimento Econômico e o Comércio Internacional na Reforma da Educação). *Prospects*, dezembro de 1997.

Heyneman, Stephen P. "From the Party/State to Multi-Ethnic Democracy: Education and Social Cohesion in the Europe and Central Asia Region." (Do Parte/Estado à Democracia Multiétnica:

Educação e Coesão Social na Europa e na Região da Ásia Central). *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 3^o trimestre de 2000.

Heyneman, Stephen P. e Sanja Todoric-Bebic. "A Renewed Sense for the Purposes of Schooling: The Challenges of Education and Social Cohesion in Asia, Africa, Latin America and Europe and Central Asia" (Um Novo Sentido para os Objetivos da Educação Escolar: os Desafios da Educação e da Coesão Social na Ásia, África, América Latina, Europa e Ásia Central). *Prospects*, junho de 2000.

King, Kenneth e Lene Buchert, orgs. *Changing International Aid To Education: Global Patterns and National Contexts (Mudança de Ajuda Internacional para Educação: Padrões Globais e Contextos Nacionais)*. Paris: UNESCO Publishers, 1999.

Richardson, Peter. "Corruption," *Managing Global Issues: Lessons Learned* ("Corrupção", *Administração de Questões Globais: Lições Aprendidas*). Washington, D.C.: Fundação Carnegie para a Paz Internacional, 2001.

Soto, Hernando de. *The Mystery of Capital (O Mistério do Capital)*. Nova York, Nova York: Basic Books, 2000.

Grupo do Banco Mundial. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Combate à Pobreza)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, setembro de 2000.

Grupo do Banco Mundial. *World Development Report 2003: Sustainable Development in a Dynamic World: Transforming Institutions, Growth, and Quality of Life (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2003: Desenvolvimento Sustentável em um Mundo Dinâmico — Transformação das Instituições, do Crescimento e da Qualidade de Vida)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, agosto de 2002.

Grupo do Banco Mundial. *Poverty Reduction Strategy Sourcebook (Livro de Referências sobre Estratégias para a Redução da Pobreza)*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003.

Perspectivas Econômicas

Volume 8

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA

Número 2



— MARÇO de 2003 —